



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 138

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 138**

### **128ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagem ..... 03

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 07

Projetos de Lei ..... 12

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Felipe Lucas ..... 14

Dep. Edson Strapasson ..... 15

Dep. Douglas Fabrício ..... 15

Dep. Jocelito Canto ..... 17

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 19

#### **Grande Expediente:**

Dep. Stephanes Júnior ..... 20

Dep. Elio Rusch ..... 22

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício ..... 16

Dep. Marcelo Rangel ..... 25

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch ..... 23

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Fábio Camargo ..... 26

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira ..... 27

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 29

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 31

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 32

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 33

Discussão/Votação

1ª Discussão (Votação em) ..... 34

Redação Final ..... 34

2ª Discussão ..... 34

1ª Discussão ..... 34

Requerimentos ..... 38

**Encerramento da Sessão ..... 41**

### **DIÁRIO Nº 138**

### **128ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**18 DE NOVEMBRO DE 2008**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes,

Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Osmar Bertoldi e Péricles de Mello (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Mensagem***

MENSAGEM Nº 039/08

Curitiba, em 17/11/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei estabelecendo que o salário para os professores do ensino fundamental, no âmbito da Administração Estadual, não poderá ser inferior a R\$ 1.392,00 (mil trezentos e noventa e dois reais), para o exercício de 40 (quarenta) horas semanais.

A presente proposta segue a determinação da Constituição Federal, visto que a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo local, por tratar de jornada de trabalho e regime jurídico do servidor, conforme dispôs o artigo 61, parágrafo 1º inciso II, atendendo, inclusive, o que dispõe o artigo 66, inciso II, da Carta Estadual que assevera ser de iniciativa privativa do Governador do Estado toda a matéria afeta aos servidores públicos, seu regime jurídico, provimento, cargos, estabilidade e aposentadoria, e outros.

Ademais, a medida atende ao princípio da federação, conforme o artigo 25, parágrafo 1º da Carta da República, que assegura aos entes federados a sua organização e a regência de suas leis, de acordo com o disposto nas respectivas Constituições Estaduais.

Comprometido com a educação plena e com o reconhecimento do trabalho do professor, o Governo do Paraná propõe a presente medida, por entender que não há que se falar em sociedade justa e solidária se não há reconhecimento de quem a forma.

Resta evidenciado que a medida ora proposta não busca estabelecer piso salarial, pois este deve corresponder à remuneração do servidor, que soma vencimento mais vantagens.

Entretanto, o valor que ora se propõe como salário para os professores da educação fundamental, no valor de R\$ 1.392,00 (um mil trezentos e noventa e dois reais), para o exercício de 40 horas semanais, trará mais satisfação aos mestres fazendo jus a esse reconhecimento.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. minhas considerações.

(a) ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado

#### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica estabelecido que o salário para os professores do ensino fundamental, no âmbito da Administração Estadual, não poderá ser inferior a R\$ 1.392,00 (mil trezentos e noventa e dois reais), para o exercício de 40 (quarenta) horas semanais, equivalendo ao valor mínimo a ser pago a qualquer integrante do magistério a qualquer título, incluindo todas as vantagens pecuniárias.

Art. 2º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

### ***Ofícios***

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 18/11/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente das Sessões Plenárias dos dias 01, 10 e 23 de abril, devido a compromissos da Comissão do MERCOSUL e assuntos internacionais.

Sendo o que apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) RIBAS CARLI FILHO

OFÍCIO Nº 069/08

Curitiba, em 17/11/08.

Senhor Presidente:

Venho através deste, comunicar a V. Sa. que estarei em viagem particular ao exterior no período de 25/11/08 a 01/12/08, justificando portanto minha ausência no Plenário bem como nas demais reuniões desta Casa Legislativa.

Certo de contar com vossa atenção, reitero meus protestos de elevada estima e consideração, antecipando meus agradecimentos.

Cordiais saudações,

(a) STEPHANES JÚNIOR

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 391/08

#### SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública o restabelecimento da aposentadoria das policiais civis.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando dos mesmos a regularização da aposentadoria das policiais civis, na forma do estabelecido na Lei Complementar nº 093, de 15/07/02.

Cabe salientar que o Governador do Estado, apesar de ter sancionado a Lei Complementar nº 093/02, apresentou ADIN argüindo a inconstitucionalidade da referida lei. Essa ADIN ainda não teve o julgamento do mérito e não há concessão de liminar. Contudo, policiais civis aposentadas há mais de cinco anos estão sendo chamadas para retornar ao trabalho sem insígnia e sem arma.

É lamentável o tratamento dado a essas funcionárias públicas da segurança e cabe a esta Assembléia e ao Poder Executivo efetuar o restabelecimento da referida legislação.

Persistindo a decisão do Poder Executivo em considerar inconstitucional a lei Complementar nº 093/02, solicita-se o envio à Assembléia de projeto de lei restabelecendo a aposentadoria especial das policiais civis do Paraná.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

### INDICAÇÃO Nº 392/08

#### SÚMULA:

Aquisição de um (01) aparelho de laboratório de análises clínicas, para o pronto-socorro do município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Aquisição de um (01) aparelho de laboratório de análise clínicas, para pronto-socorro do município de Sarandi.

II - A apresentação da presente indicação que objetiva atender inúmeras solicitações da comunidade de Sarandi, que há muito reivindica a aquisição desse aparelho.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) DR. BATISTA

### INDICAÇÃO Nº 393/08

#### SÚMULA:

Aquisição de um (01) aparelho de Raio X, para o pronto socorro do município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Aquisição de um (01) aparelho de Raio X, para pronto-socorro do município de Sarandi.

II - A apresentação da presente indicação que objetiva atender inúmeras solicitações da comunidade de Sarandi, que há muito reivindica a aquisição desse aparelho.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) DR. BATISTA

### INDICAÇÃO Nº 394/08

#### SÚMULA:

Liberação de (01) um ônibus escolar, para o município de Jussara.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Liberação de (01) um ônibus escolar para o município de Jussara.

II - Estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do município de Jussara, que há muito reivindica um ônibus escolar para atender os alunos do município e região.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) DR. BATISTA

### INDICAÇÃO Nº 395/08

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Amaporã.

Sr. Governador, Sr. Diretor:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semaforica no município de Amaporã, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) TERUO KATO

#### JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Amaporã não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Amaporã seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

#### INDICAÇÃO Nº 396/08

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Inajá.

Sr. Governador, Sr. Diretor:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Inajá, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) TERUO KATO

##### JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Inajá não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Inajá seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

#### INDICAÇÃO Nº 397/08

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Itaúna do Sul.

Sr. Governador, Sr. Diretor:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Itaúna do Sul, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) TERUO KATO

##### JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Itaúna do Sul não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Itaúna do Sul seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

#### INDICAÇÃO Nº 398/08

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Diamante do Norte.

Sr. Governador, Sr. Diretor:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Diamante do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Diamante do Norte não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Diamante do Norte seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

**INDICAÇÃO Nº 399/08****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito que abaixo especifica no município de Guairacá.

Sr. Governador, Sr. Diretor:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DETRAN/PR a instalação de sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica no município de Guairacá, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

Sabe-se que a sinalização de trânsito é fundamental seja para aumentar a segurança de pedestres e motoristas, seja para organizar de modo racional o tráfego das localidades. Ocorre que no interior do estado existem cidades em que a sinalização ou é deficitária ou até inexistente. Há, ainda, outras localidades em que a sinalização existente está em estado precário e necessita, portanto, de urgentes reparos.

No município de Guairacá não é diferente: existem áreas carentes de sinalização e outras em que as placas existentes estão gastas ou enferrujadas. Em razão disso, torna-se de fundamental importância a instalação de nova sinalização de trânsito, de todas as espécies (horizontal, vertical e semafórica), bem como a substituição das placas que já estão gastas por novas.

Certos de poder contar com o apoio, na solução destes problemas, do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos ao Sr. Diretor do DETRAN/PR, na esperança de que o presente pleito da comunidade de Guairacá seja atendido, porquanto se trata de reivindicação justa e fundamentada.

**INDICAÇÃO Nº 400/08****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Berguio Martin, a doação de uma ambulância para o município de Contenda/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado e ao Ilmo. Sr. Dr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a doação de 01 (uma) ambulância para o município de Contenda/PR.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) ROSANE FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A Constituição Brasileira de 1988 garante à todos os cidadãos o direito à saúde como premissa básica no exercício da cidadania do ser humano, constituindo-se de extrema relevância para a sociedade, pois a saúde diz respeito à qualidade de vida, escopo de todo cidadão, no exercício de seus direitos. Além disso, o direito à vida e à saúde dentre outros, aparecem como consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da sociedade.

A saúde é concebida como direito de todos e dever do estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, regendo-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperam.

Assim, sugerimos a doação de uma ambulância para o município de Contenda, com a finalidade de proporcionar maior acesso à saúde para a população e que, certamente, em muito contribuirá para com a saúde dos munícipes desta região.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

**INDICAÇÃO Nº 401/08****SÚMULA:**

Indica à Sra. Yvelize Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Santa Fé um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santa Fé de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a Rede Pública Municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Santa Fé pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 3309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, REQUER, autorização da Mesa Executiva para que esta Comissão represente o Poder Legislativo, nos dias 01, 02, 03, e 04 de dezembro, no município de Extrema, estado de Minas Gerais, para verificar o projeto Conservador das Águas, sobre a experiência de recuperação e preservação de nascentes em áreas rurais. A legislação específica para tanto também será objeto de conhecimento e avaliação. Além dos Deputados membros da Comissão, Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira e Reni Pereira, farão parte desta comitiva os Deputados Pedro Ivo e Luciana Rafagnin.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

### REQUERIMENTO Nº 3290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ao Presidente deste Legislativo, após ouvido o soberano Plenário, a liberação do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 4 de dezembro do corrente ano, para o Hospital Erasto Gaertner - Superintendente Dr. Flávio Daniel Saavedra Tomasich.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

### REQUERIMENTO Nº 3281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Floriano Maichak Junior, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

### REQUERIMENTO Nº 3310

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 12 de novembro do corrente ano, da Sra. Mireille Maria Franco Zanon Machado.

Mireille Maria Franco Zanon Machado, 33 anos, nascida em Curitiba, filha de José Olivino Zanon e Ana Maria Franco Zanon. Casada, deixa viúvo o Sr. Celso Machado, Vereador eleito pelo município de Mandirituba, com quem teve dois filhos: Michel e Ian Machado.

Mireille Maria Franco Zanon Machado, nascida em 16/08/75, era formada em biologia pela Universidade Tuiuti, com mestrado pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente lecionava na Escola Mundo Sagrado da Evolução Humana e no CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, ambos no município de Mandirituba, cidade onde sempre residiu.

Mireille Maria Franco Zanon Machado, cuja passagem prematura e repentina, entristece seus entes e toda a população mandiritubense, era pessoa ativa na vida comunitária. Participava de movimentos ligados à Igreja Católica, em especial, os grupos de catequese, nas comissões da Igreja e de pastorais.

Pessoa querida e muito estimada deixa saudades aos familiares, amigos e a todos que tiveram a oportunidade de compartilhar de seu convívio sempre fraternal. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

### REQUERIMENTO Nº 3282

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de congratulações ao Sr. Nonô Pereira, um dos maiores nomes da agricultura brasileira, um dos pioneiros do Plantio Direto sobre a Palha no país, indicado ao Prêmio The World Food Prize Fundatio - Washington/EUA.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

### REQUERIMENTO Nº 3287

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Marialva, Humberto Amaro Feltrin, e ao Presidente da Câmara, Vereadora Antonieta Bellinati Perez, em razão do 57º aniversário do município.

A comunidade marialvense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3287-A

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Uniflor, Miguel Angelo Pette-nazi, e ao Presidente da Câmara, Vereador Deucides Derenzo, em razão do 47º aniversário do município.

A comunidade uniflorense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3288

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Ourizona, Sergio Luiz Dias Neves, e ao Presidente da Câmara, Vereador Amarildo Luiz Vieira, em razão do 47º aniversário do município.

A comunidade ourizonense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3289

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Iguaçu, Angelo Celso Zampieri, e ao Presidente da Câmara, Vereador Jona de Araújo Martins, em razão do 53º aniversário do município.

A comunidade iguaçuense, merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3306

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, desta data, congratulações à Associação Comercial do Paraná pela posse de seu novo Conselho Político Gestão 2008/2010, que ocorreu na data de ontem.

Na oportunidade, também requeiro a manifestação desta Casa Legislativa, para formular votos de largo sucesso ao novo Conselho, nas pessoas da Sra. Avani Slomp Tortato Rodrigues (Presidente), Sr. Odone Fortes

Martins (Coordenador) e que cada integrante do mesmo colha grande satisfação pessoal no exercício do cargo em que tomou posse.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente solicita seja dada ciência da mesma, via correspondência.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 3283

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Loja Presenza em nome de Cristina Bastos Stumm.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Na Presenza você encontra uma seleção de importados de primeira linha para presentear aquelas pessoas que fazem a sua vida sempre melhor. E tudo isso com a conveniência de uma loja bem localizada, atendimento especializado e exclusivo.

Parabenizo pela maneira eficiente, competente, cortês, atuando sempre de forma ímpar, dedicada, e com total desvelo no atendimento aos clientes que lá freqüentam.

#### REQUERIMENTO Nº 3284

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Juiz de Direito José Laurindo de Souza Netto.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

José Laurindo de Souza Netto possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1982), mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1998) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000). Em 2004 concluiu o estágio pós-doutoral, junto ao departamento de sociologia da Faculdade de Direito da Universidade Degi Studi di Roma "La Sapienza", em programa de pós-doutoral com vínculo do Ministério da Educação - CAPES. Atualmente é professor da Escola de Magistratura do Paraná, professor da Universidade Estadual de Londrina, professor da Universidade Paranaense, Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, professor da UNIPAR em Umuarama. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: jurisdição constitucional, criminalidade, cidadania, juizados especiais criminais, processo penal.

Proferiu 25 palestras sobre Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9099/95) em diversas universidades/faculdades e em encontros estudantes de direito. Proferiu três palestras sobre a Reforma do Código de Processo Penal em



encontros de estudantes de direitos e cursos de atualização para Juízes. - Responsável pela suplementação dos Juizados Especiais Criminais em Curitiba/PR - Responsável pela implementação do Sistema de Aplicação de Medidas Alternativas à pena de prisão em Curitiba/PR. Membro da Comissão de Combate do Crime Organizado no Paraná - Participa do Projeto "Exercício da Cidadania" - promovido pelo TJPR e Secretaria do Estado e Educação.

#### REQUERIMENTO Nº 3311

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Gabriel Fabrizio.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Gabriel Fabrizio, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeito pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas, motivo de orgulho para a corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 3312

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Grupo Donos da Bola pelos 45 anos.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Grupo Donos da Bola pelos 45 anos de existência, sempre reunindo pessoas em torno do esporte, fazendo amizades e difundindo a modalidade junto aos demais sócios do Clube Curitiba e dos demais clubes, através de competições entre as diversas seleções, demonstrando que o esporte é um indutor de relacionamentos duradouros e de hábitos saudáveis.

#### REQUERIMENTO Nº 3313

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao General de Divisão Alberto Márcio Ferraz Sant'ana.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao General de Divisão Alberto Márcio Ferraz Sant'ana, Comandante da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão do Exército - Região Heróis da Lapa, que com preceitos rígidos de disciplina e hierarquia,

dedicando-se exclusivamente ao Exército, com formação específica e aperfeiçoamento, cumpre a missão constitucional de defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, participando, ainda, na solução de problemas comunitários e no desenvolvimento nacional.

#### REQUERIMENTO Nº 3314

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Elcio Antonio Lonchiati.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Elcio Antonio Lonchiati, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 3315

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Helio Rodrigues Simões.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Helio Rodrigues Simões, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 3316

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Gilvanes Bakai Olsen.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Gilvanes Bakai Olsen, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal,

passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 3317

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. José Alves Morato Neto.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Alves Morato Neto, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 3318

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Jorge Kusakariba.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jorge Kusakariba, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 3319

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Nasser Ahmad Sati.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Nasser Ahmad Sati, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 3320

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Marcelino Vieira de Freitas.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Marcelino Vieira de Freitas, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 3321

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Rogério Oliveira Schiavelli.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Rogério Oliveira Schiavelli, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

#### REQUERIMENTO Nº 3322

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Rogério Fleury Watanabe.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Rogério Fleury Watanabe, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3323**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Perci Pereira.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Perci Pereira, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3324**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Paulo Roberto Santos Queiroz.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Paulo Roberto Santos Queiroz, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3325**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Valdir Pereira da Silva.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Valdir Pereira da Silva, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3326**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Clovis Francisco da Silva.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Clovis Francisco da Silva, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3327**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Sra. Gardênia Áurea Sobreira Wrobel.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem à Sra. Gardênia Áurea Sobreira Wrobel, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3328**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Emerson Kioshei Komono.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Emerson Kioshei Komono, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3329**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Gilson Baggio.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Gilson Baggio, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3330**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Jorge Luis Correa.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Sr. Jorge Luis Correa, que ao ingressar no Departamento de Polícia Federal, passou a dedicar-se à comunidade e ao próprio Departamento, levando honradez, respeito e conhecimento, tornando a Polícia Federal, um órgão com estrutura moderna e respeitado pela população em todo o território nacional; sua atuação junto a instituição, só veio a valorizar suas funções e de seus pares, com excelente desempenho nos quadros, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas motivo de orgulho para a corporação.

**REQUERIMENTO Nº 3331**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações ao DER

sobre a legalidade do transporte por concessão da Empresa Expresso Nordeste Ltda, na região dos municípios de Mariluz, Moreira Salles, Ubatã, Juranda, Goioerê, Altamira do Paraná, Campina da Lagoa, Rancho Alegre do Oeste, bem como todo o trajeto determinado e percorrido nesta concessão.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

**REQUERIMENTO Nº 3303**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais, regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER ao Chefe da Casa Civil e ao Diretor-Presidente da COPEL - Cia. Paranaense de Energia, a prestação das seguintes informações:

I) A Diretoria dessa Fundação COPEL é eleita por seus associados ou tem indicação pela Diretoria da COPEL?

II) Qual a atual composição da Diretoria da Fundação COPEL?

III) Qual é a percentagem que a empresa COPEL destina mensalmente à Fundação COPEL, em relação a folha de salários da empresa COPEL?

IV) A Fundação COPEL tem participação acionária em empreendimentos no Paraná? Em quais? Qual a percentagem de cada participação?

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Apoioamento:

Plauto Miró, Elio Rusch e Valdir Rossoni.

**REQUERIMENTO Nº 3332**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, Dra. Maria Marta Weber Lunardon, a relação dos nomes dos servidores públicos civis e ou empregados da Administração Pública Estadual Direta e Indireta que serão anistiados mediante proposta de lei, objeto da Mensagem Governamental nº 036/08, enviada pelo Poder Executivo a esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(aa) DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ e ELIO RUSCH

***Projetos de Lei***

**PROJETO DE LEI Nº 499/08**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a criar a Secretaria de Combate à pedofilia.

Art. 2º Enquanto o Governo do Estado não promover concurso público para admissão de pessoal, a nova Secretaria funcionará com funcionários a serem requisitados da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Um dos problemas que mais tem angustiado famílias de todo o planeta é o crescente aumento da pedofilia. A imprensa registra, o dia-a-dia, casos de crianças e de adolescentes que entram para as estatísticas como novas vítimas dos pedófilos. Os autores da violência muitas vezes são familiares da vítima, vizinhos, estranhos e, infelizmente, até alguns religiosos. Com a internet, ficou mais fácil a pedofilia alastrar-se por todas as camadas da sociedade. Por isso, é preciso uma bem organizada estrutura para vencer a grande guerra contra os pedófilos. A Secretaria de Combate à Pedofilia pode devolver a tranquilidade aos pais que hoje vivem em permanente tensão, tomados pelo medo de que seus filhos também sejam vítimas desse grande mal.

PROJETO DE LEI Nº 500/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Deputado Max Rosenmann, o Centro Integrado de Saúde da Mulher e da Criança do município e Anahy.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Max Rosenmann nasceu em Curitiba, em 29/11/44. Em 1973 se formou em direito na Universidade Federal do Paraná. Foi eleito Deputado Federal pela primeira vez em 1987, e estava cumprindo seu sexto mandato consecutivo quando faleceu, em 25 de outubro do corrente.

Um dos Deputados mais atuantes no Congresso Nacional, o Deputado Max Rosenmann foi um árduo defensor das causas paranasistas, principalmente da agricultura, idealizador de importantes projetos, alocando recursos para o estado do Paraná especialmente em favor das cidades que representava em Brasília.

Durante seus mandatos, o Parlamentar auxiliou sobremaneira o município de Anahy, viabilizando significativos recursos que se transformaram em importantes obras para aquela cidade, proporcionando um maior desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma, pelo seu trabalho realizado em prol daquela comunidade é justo que o mesmo seja homenageado, recebendo o seu nome o Centro Integrado de Saúde da Mulher e da Criança de Anahy.

PROJETO DE LEI Nº 501/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Governador pelo segundo mandato, Roberto Requião de Mello e Silva nasceu em 05/03/41, em Curitiba, filho do médico e ex-Prefeito de Curitiba, Wallace Thadeu de Mello e Silva e Lucy Requião de Mello e Silva. Casado com a Sra. Maristela Quarenghi de Mello e Silva, pai e Maurício Thadeu e Roberta. É formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná e em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cursou Urbanismo pela Fundação Getúlio Vargas.

Foi Deputado Estadual (1983-85), Prefeito de Curitiba (1986-89), Secretário do Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná (1989-90), Governador do Estado do Paraná (1991-94), Senador da República (1994-2002) com a maior votação proporcional da história do Paraná e eleito Governador do Paraná em 2002.

Em seu mandato como Prefeito de Curitiba, Requião foi o primeiro Prefeito brasileiro a instituir a Ouvidoria Geral. Alterou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal com a criação das freguesias (sub-Prefeituras) nos principais bairros da cidade, com autonomia administrativa e financeira para executar obras. Implantou a frota pública de transporte coletivo. Construiu a Via Vêneto ligando o bairro de Santa Felicidade a Curitiba. Implantou o Mercado Popular, que vendia produtos da cesta básica para a população de baixa renda. Criou a Associação dos Meninos e Meninas de Rua de Curitiba (ASSOMA) que revolucionou o tratamento às crianças de rua. Na gestão de Requião foram construídos mais postos de saúde e creches do que em toda a história da cidade. Proporcionou participação efetiva da população na definição do Orçamento Municipal.

No cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano, Requião implantou o Programa Paraná Urbano, que desenvolveu mais de 3 mil obras em todos os municípios paranaenses. Neste mesmo período, criou o Projeto de Saneamento Ambiental no Paraná - PROSAM.

Em seu primeiro mandato como Governador dos Paranaenses, seu primeiro ato foi a entrega dos títulos definitivos de propriedades aos agricultores de Pitanga, cuja posse arrastava-se há mais de 70 anos. Implantou o Programa Casa da Família, que construiu mais de 60 mil casas com 50 metros quadrados, em alvenaria, com prestações que não ultrapassam 20% do salário mínimo.

Em parceria com o Exército Brasileiro, construiu a Ferroeste, ligando Cascavel ao porto de Paranaguá. Implantou o Programa Panela Cheia, com financiamento de safras em equivalência em produto. Para os agricultores paranaenses, a moeda era o milho. Implantou o maior programa de melhoria genética da história do estado. Foram entregues aos criadores paranaenses mais de 150 mil bovinos de leite e 330 mil ovinos, todas matrizes de raças selecionadas.

Com recursos do Governo do Estado, duplicou a rodovia Curitiba/Garuva, acabando com o chamado corredor da morte. Fez a ligação rodoviária do sudoeste do Paraná com a Argentina, construindo a ponte Capanema - Andresito. Iniciou as obras da ponte Guaíra - Mato Grosso do Sul, a maior ponte fluvial do Brasil que quando deixou o Governo já se encontrava com 90% das obras realizadas. Concluiu a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, tornando o Paraná auto-suficiente em energia. Em sua gestão, iniciou as obras da Usina de Salto de Caxias.

O Programa Bom Emprego criou linhas de crédito para investimento às pequenas e médias empresas, resultando na geração de mais de 150 mil empregos diretos. As micro e pequenas empresas foram isentas de tributos estaduais.

Na Educação, o Governo Requião treinou professores e fez o maior programa de construção e recuperação de salas de aula. O Programa Escola Oficina, para meninos e meninas de rua, foi levado a todo o Paraná.

No Governo Requião foram criados cinco parques ambientais, dobrando a área de preservação do estado. Neste período, foi implantado o Programa Paraná Rural, que desenvolveu técnicas agrícolas para recuperação do solo, como readequação de estradas rurais, combate à erosão, plantio de matas ciliares, recuperação de rios nas microbacias em todos os municípios do Paraná. Este programa tornou-se referência para o Banco Mundial em preservação ambiental e melhoria da produção agrícola.

Por todos os benefícios que o povo paranaense recebeu de Roberto Requião, por seu trabalho intenso e bem sucedido para o engrandecimento de nosso estado e com certeza que sua atual gestão será tão positiva quanto a anterior, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para nossa proposição.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O primeiro orador inscrito é o Deputado Felipe Lucas, a quem concedemos a palavra.

### ***Deputado Felipe Lucas (PPS)***

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Secretária Luciana, Secretário Dr. Batista, Sras. e Srs. Deputados.

Venho ocupar esta tribuna para agradecer, em nome de uma região, a vinda ou a olhada especial, porque a nossa região recebe hoje uma indústria interessante, muito grande, e é muito bom para todos os municípios da nossa região. Então, queria falar aos Deputados, que em grande parte compõem o interior do nosso estado, como o Deputado Teruo, Deputado Jonas e vários outros que a Companhia CEBEAR - Companhia Brasileira de Alimentos, escolheu o nosso estado para instalar uma grande indústria e talvez a maior indústria que vamos ter, uma fábrica de biodiesel no nosso Brasil. É muito importante quando ela escolhe o estado do Paraná, e o estado do Paraná escolheu a nossa região e o município de Irati, escolhido pela empresa.

Então, temos que destacar que são algumas condições que levaram a empresa a se instalar na nossa região, o que vai beneficiar hoje 68 municípios, principalmente os nossos agricultores. Temos que olhar que temos hoje um sinergismo, que é muito importante. Quando você tem uma Administração Municipal que se reelegeu com mais de 70% dos votos, o Prefeito Sérgio e a Vice-Prefeita Marisa se reelegeram com uma votação expressiva, mas têm um sinergismo, pois trabalham bem entre o Governo do Estado, o Governo Federal e o município. Acho que tudo isso temos que trabalhar e pensar que é muito bom para que toda a nossa região tenha um grande incentivo, e esse incentivo nós tivemos também compartilhado.

Estamos hoje a praticamente sete meses desse trabalho da empresa e ela, através da Dra. Cristiane Folin, que deu uma prioridade para a nossa região, junto com o Governo do Estado, Governador Roberto Requião, Secretário da Indústria e Comércio, Virgílio Moreira, Secretário da Agricultura, EMATER, enfim, todos os nossos órgãos que temos no estado estão nesse trabalho para que essa grande empresa venha a se instalar em Irati, e especialmente aos 68 municípios da nossa região. Isso vai atender a todos os nossos pequenos agricultores de Prudentópolis, de Pitanga, de toda a nossa região e é muito importante, porque estamos vendo que há uma grande oportunidade para que possamos trabalhar em conjunto e é esse conjunto que nos leva a sermos gratos à forma com que vem sendo feita a Administração Municipal, junto com o Governo do Estado, o que é importante.

A CEBEAR trará um benefício muito grande, não só aos pequenos agricultores, mas principalmente aos municípios. E temos que ver que é uma região bastante carente de investimentos. Nós teremos hoje 15 entrepostos na região como um todo. Isso é muito importante para que possamos ter esse desenvolvimento do interior.

Venho aqui, de toda forma, para que possamos nos pronunciar, dizer da nossa grande alegria de estarmos recebendo essa grande empresa no nosso município de Irati, mas que mais uma vez queremos salientar, ela vai pertencer aos 68 municípios da nossa região, do Deputado Jonas, que é muito importante, porque é uma região carente de investimentos, mas com IDH relativamente baixo, mas que é um momento muito importante para que

investimentos dessa natureza tragam um resultado para o nosso município, para a nossa região e principalmente para o estado do Paraná. Quando uma empresa vai colocar 300 milhões de euros, isso na verdade traz uma alavanca importante para a nossa região.

Então, gostaria de mais uma vez agradecer pelo número de empregos que vão ser gerados na cidade de Irati e nas outras cidades, especialmente no nosso campo que é de grande importância para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente: com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

### ***Deputado Edson Strapasson (PMDB)***

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz a essa tribuna nesta tarde é exatamente a preocupação, e que aflorou nesse final de semana no litoral do Paraná, onde tivemos a oportunidade de visitar e, centenas, milhares de pessoas estavam lá aproveitando um dos raros dias de sol do nosso litoral. É evidente que como Parlamentar, e pertencendo à base do Governo, temos que sempre buscar colaborar com o Governo naquilo que traz segurança ao nosso cidadão paranaense, é evidente que me preocupou bastante quando vimos milhares de pessoas, crianças, jovens, aproveitando um belo dia de sol no final de semana, feriado, e eu tive a curiosidade de buscar identificar se havia algum salva-vidas de plantão, e que se porventura alguém precisasse de socorro lá estivesse um bombeiro salva-vidas. Acompanhamos também pela imprensa, ontem, bastante criticado o Corpo de Bombeiros na operação de salvamento de uma pessoa que estava pescando e que afogou-se provavelmente, e até então não haviam encontrado o seu corpo, e criticava o repórter perguntando aonde estava o Corpo de Bombeiros, os equipamentos de salvamento, se naquele momento exato sequer conseguiram localizar. E isso me chamou a atenção e por isso estou na tribuna, exatamente para dizer que estamos encaminhando um requerimento solicitando que o Governo do Estado, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, se organizem para que pelo menos nos finais de semana e nos feriados prolongados possam fazer um plantão aonde há maior concentração de banhistas para que possamos, numa emergência, ter um salva-vidas, um bombeiro, para poder salvar alguém que porventura tenha necessidade.

Parece uma coisa muito simples, mas não é não. Milhares de pessoas estão aí, já no início do verão, e nós praticamente acompanhando a Operação Verão do ano passado e de outros anos, Deputado Cheida, vimos que todo o exército do Governo do Estado, seja na área de esportes, seja em atividades, e os bombeiros começam após o Natal ou nessa época mais ou menos, esquecendo que o calendário escolar termina antes e, tendo em vista o encurtamento das férias de janeiro do calendário escolar,

muitas mães, crianças, famílias, antes mesmo do Natal, lá estão tentando buscar, aproveitar melhor esse período de férias. E é evidente que precisamos, enquanto Parlamentares, dar cobertura, dar encaminhamento para não termos um caso de gravidade e sem ter alguém para dar essa cobertura.

Então, estou fazendo um requerimento, creio que é possível, o Governo do Estado pode fazer essa equipe de emergência, de atendimento, no nosso litoral que não é tão grande assim. E acho que isso estamos prestando em defesa e para a segurança do nosso cidadão do estado do Paraná, tentando dar um pouco mais de conforto, um pouco mais até de tranquilidade para muitas pessoas que, quando descem para o litoral do Paraná para descansar, muitas vezes não conseguem sequer descansar, porque têm que acompanhar, permanentemente, um filho, uma pessoa que está se banhando e, de repente, pode ter o risco de afogamento.

Então, é nesse sentido, Sr. Presidente, que estamos encaminhando, pedindo que mesmo antes de deflagrada a Operação Verão possam, especialmente o Corpo de Bombeiros e os salva-vidas, lá estarem prestando atendimento aos nossos cidadãos paranaenses e àqueles que estarão lá prestigiando e curtindo o momento no litoral do Paraná.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Quero trazer à tona, aqui, na Assembléia, um assunto sobre o piso mínimo do professor. Todos sabemos que qualquer ser humano, para poder vencer na vida, hoje mais do que nunca, precisa da escola, precisa passar por um processo educacional, além daquele que temos na nossa família com o pai e com a mãe.

A pessoa mais importante na nossa vida, tirando o pai e a mãe, passa a ser já no início da vida, o professor, principalmente aquele professor que vai pegar na sua mão para ensinar escrever. Infelizmente, aqui no Brasil são muito mal valorizados os professores. Basta olhar a situação dos professores do ensino fundamental, se pegarmos o salário deles, o que ganham nas Prefeituras, em um termo popular, é uma judiação. Aí vem um projeto nacional que coloca um piso mínimo de R\$ 950. Ainda é pouco por imaginarmos o que é o trabalho de um professor, preparar o cidadão, educar, fazer com que nos primeiros anos de vida, quando está na escola, tenha uma boa educação, consiga sobreviver, avançar na sua vida, buscar uma profissão, isso lá no futuro, mas depende da escola básica, depende do primeiro ano primário, como diziam no meu tempo de escola.

Quando não lembra aqui da sua primeira professora? Que pegava na sua mão para entrar na escola. Hoje está mais difícil, pois tem mais alunos.

Avança a tecnologia, mas não chega a todas as escolas o investimento necessário para que possamos ter uma boa Educação no Brasil.

Aí imaginemos que R\$ 950 seja um bom piso salarial. Ainda não é, mas já é um avanço. Estudando essa área, até porque tive o privilégio de ser professor universitário por um tempo na minha vida, o nosso Governo Estadual se manifesta contrário a esse piso. Em contrapartida, apresenta um projeto nesta Casa, colocando um salário de R\$ 1 mil 392 para a rede estadual. Mas o projeto do Governo atinge todo o Brasil, o município. Por que o Governador se manifesta contrário? Por que ser contrário ao avanço da Educação, da valorização dos professores? E estou tendo informações que a APP-Sindicato está se manifestando contrário.

Gostaria de saber do Líder do Governo por que a APP-Sindicato se manifesta contrário a esse projeto do Governo, de R\$ 1 mil 392 para os professores? Gostaria que o Governo valorizasse mais os professores. Já conquistamos alguns avanços aqui, inclusive com o nosso apoio. E ainda continuamos numa cobrança com o Governo para valorizar o setor de Segurança no estado. Quando colocamos um aumento de 10% aos professores, também tínhamos colocado uma emenda pedindo 10% de aumento para os policiais, mas não conseguimos. Conseguimos sim para os professores.

Quero deixar registrada essa nossa manifestação: por que a APP-Sindicato se manifesta contra?

Olhando a reportagem da Presidente da APP-Sindicato, a professora Marlei, onde diz: “Melhorar o salário dos professores é bom, mas é importante esclarecer que nós, professores concursados da rede estadual, que entramos no nível 1, já recebemos esse salário por 40 horas de trabalho. É só olhar na tabela do Sindicato para confirmar,” explica ela.

A Presidente Marlei reforça: “Esses valores já são pagos desde setembro aos professores da rede estadual que têm curso superior, estão no nível 1, classe 1 do Plano de Carreiras dos professores”. Portanto, este aumento não vai atingir os professores que estão no magistério.

Deputado Romanelli, a Presidente Marlei lembra nessa informação que tenho aqui, que é preciso implementar o piso de R\$ 950, porque hoje 70% dos professores do país não recebem este valor. Também queremos a implementação da hora/atividade de 33% como prevê a lei, complementa Marlei.

Teremos uma Audiência Pública aqui no dia 24 de novembro para discutir esta lei, porque não consigo entender, o Governo me parece que caminha na contramão do desejo da sociedade. Quando se fala em aumento de salário dos professores em todos os níveis, o nosso Governador vai à Justiça contra. Aí, apresenta aqui um projeto para aumentar o salário, mas a APP-Sindicato se manifesta contra. Ou seja, já está sendo atendido.

Por outro lado, o projeto de mini-reforma tributária que o Governador apresentou aqui é para aumentar imposto. Diz que alguns produtos e para milhares deles poderá diminuir o preço, porque vai reduzir o imposto. Mas, esses poderão, porque vai passar pelo atravessador, o supermercadista. Ele poderá ou não colocar no preço. Agora, o aumento é certeza. O aumento da energia elétrica, do telefone, da gasolina. Isso a partir do dia 1º de janeiro, se esse projeto for aqui aprovado, vai estar acontecendo.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN***

E quando se fala da valorização do professor, se esse projeto que o Governo está trazendo para cá realmente for bom para o professor, acho que a APP-Sindicato seria a favor. E está se manifestando ao contrário, Deputado Elio Rusch. V. Exa. está acompanhando isso? Não estou conseguindo entender, Deputado Rossoni, por que a APP está se manifestando contrária a esse projeto de R\$ 1 mil 392 ao salário dos professores. Eles estão dizendo que já estão sendo atendidos e que o bom para o Brasil é o piso nacional de R\$ 950. Que ainda é pouco. Imaginar que um professor vai trabalhar o mês inteiro e vai receber R\$ 950 apenas. Deveria receber muito mais, Deputada Rosane!

Já disse isso em outra oportunidade, ninguém consegue ter uma profissão, um certificado de conclusão de um curso se não tiver em suas mãos o apoio dos professores. E muitos terão vários professores que passarão por sua vida. Nós mesmos já tivemos e teremos outros ainda.

#### **O Sr. Elio Rusch (DEM)**

Me concede um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Douglas Fabrício, ouço o seu pronunciamento com atenção que o assunto requer. Na verdade era um desejo dos professores do Paraná e talvez do Brasil inteiro, de ter o seu piso nacional, ou municipal, ou estadual, a esfera que o professor se encontra. Sabemos que esse piso nacional é uma luta antiga dos professores do Brasil inteiro, de uma forma muito especial no Paraná, através da APP-Sindicato. Tivemos aqui no mês de março uma Audiência Pública, e após a Audiência o Deputado Péricles, acompanhado do Deputado Rosinha com a Comissão de Educação, foram ao Palácio, falaram com o Governador, com o Secretário da Educação na época, o Maurício Requião, e tanto o Governador, como o Secretário, falaram que sempre foram a favor do piso dos professores. E quando o Congresso aprova, o Presidente Lula promulga, sanciona a lei no mês de julho e, para surpresa de todos, o Governador do Paraná, com mais outros Governadores do Brasil, entra com uma ADIN para derrubar a lei na Justiça, argüindo a inconstitucionalidade.



Acho que o Governador sentiu, quer dizer, a mancada, com todo respeito que tenho pelo Governador. Quer dizer, o erro que ele cometeu em entrar com uma ADIN lá no Supremo para derrubar essa lei, ele manda uma mensagem para a Assembléia.

Olha, essa mensagem é para enganar bobo! Vejam o que diz o artigo 1º: fica estabelecido o salário para os professores de ensino fundamental, no âmbito da Administração Estadual. Não poderá ser inferior a R\$ 390 - se fosse isso 40 horas, ótimo, mas vejam o que diz mais - 40 horas semanais, equivalendo ao valor mínimo a ser pago a qualquer integrante do magistério, a qualquer título - aí que vem agora o segredo - incluindo todas as vantagens pecuniárias.

Ora, Deputado Douglas Fabrício, instituir um piso estadual dos professores da rede pública estadual de R\$ 1 mil 392, incluindo todas as vantagens, Deputado Douglas Fabrício, não é de aceitar esse projeto. Acho que a APP tem que ir contra mesmo. Eu não sei, acredito que não existe nenhum professor no Paraná que ganhe menos do que R\$ 1 mil 392.

Agora, quer fazer o piso, então faça que é o salário básico, o inicial, fora as vantagens. Qual o incentivo que o professor tem para permanecer no magistério? Qual o incentivo que o professor tem para fazer os cursos, mestrado, doutorado, todos os cursos que poderão ser feitos, também na rede pública, não só no terceiro grau?

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Douglas. Quero lhe parabenizar. E esse projeto aqui, na verdade, veio para a Assembléia Legislativa acho que muito mais com o objetivo de enganar os professores do estado do Paraná. Mas foram muito inteligentes quando o senhor aqui já fez menção da posição da APP-Sindicato.

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço seu aparte, Deputado Elio Lino Rusch, Líder da Oposição nesta Casa, porque a nossa preocupação é que isso possa acontecer como eu vi, na época não estava aqui, eu era Consultor do SEBRAE, aquela história de nepotismo. Lembra V. Exa.? Tinha um projeto aqui, o projeto era para ser votado, ia ser votado, e veio o Governo e colocou outro projeto: "Não, o meu é melhor". Aí quando o Deputado retirou o projeto o Governo retirou o dele também.

Então, está me parecendo que agora o Governo quer dar um golpe nos professores e estamos aqui para defender os professores e defender também, como estou vendo aqui, os policiais militares e policiais civis do estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### *Deputado Jocelito Canto (PTB)*

#### O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Queria aproveitar hoje, Deputado Romanelli, V. Exa. que parece estar de bom humor hoje e V. Exa. tem o jeito do Governador Requião. Tem que pegá-lo de jeito. Quando ele está de jeito, parece um doce; agora, como geralmente está ruim, ele parece aquelas mamonas que fazem mal. Mas nada que não resolva, não é?

Mas queria pedir a aprovação de V. Exa., hoje, no sentido de aprovarmos esse requerimento sobre precatórios. O Deputado Reni levantou a lebre aqui e eu encaminhei o requerimento hoje, ontem foi transferido para hoje, no sentido de sabermos toda a história dos precatórios no Paraná. Acho importante isso. Então, hoje, Deputado Reni, aqui está o documento, vamos ver se aprovamos este requerimento sobre precatórios, quem recebeu, quem não recebeu, um requerimento muito bem formulado, tecnicamente perfeito.

Deputado Romanelli, queria pedir a V. Exa. que liberasse hoje a bancada, em nome da transparência, para aprovarmos este requerimento.

E também gostaria de solicitar à Mesa que não recebi dois requerimentos, que já passou do prazo, sobre custos de propaganda na nova lei e sobre a construção da estação rodoviária de Ponta Grossa. Até hoje os dois requerimentos não vieram e eu queria saber.

Queria fazer um registro aqui, nós só fazemos registros quando morre alguém importante, temos o costume de lembrar sempre das pessoas mais importantes. Quero hoje fazer o registro do falecimento de uma pessoa muito querida em Ponta Grossa, um jovem de 41 anos que morreu vítima de um ataque cardíaco, nosso amigo Floriano Maichak Júnior, tio Flo como era conhecido pelos alunos do Colégio Santana. Uma pessoa simples que, na verdade, cuidava dos nossos filhos diariamente, na entrada e na saída da escola, uma pessoa que sempre fez um trabalho maravilhoso, atendendo com carinho, sempre sorrindo, tanto é que no enterro, hoje pela manhã em Ponta Grossa, foi motivo de muita emoção por parte dos alunos do Colégio Santana e de toda comunidade.

Queria fazer este registro e transmitir nossos profundos sentimentos à família. Ele, sem dúvida nenhuma, foi uma pessoa muito querida para todos nós, sempre esteve conosco, cuidando dos nossos filhos, muitas vezes nós aqui trabalhando e ele lá orientando, cuidando dos nossos filhos. Fica aqui nossa homenagem a ele, à sua família, uma família maravilhosa, amigos pessoais nossos e este registro de ter cumprido a sua missão. Não vamos ficar tristes não, vamos ficar com a sua alegria, a responsabilidade de cuidar dos nossos filhos, que ele sempre soube fazer. Quero prestar esta homenagem a ele, porque era uma pessoa muito simples, nós gostávamos muito, e ao longo de muitos anos cuidou de muitas crianças em Ponta Grossa e particularmente dos meus filhos. Fica aqui este registro porque ele também teve a sua parcela de contribuição na nossa vida. Esse jovem que se foi cedo, mas fica o exemplo de coragem, vontade e seriedade.

É isso, Sr. Presidente, e espero receber os dois requerimentos que ainda não recebi, informação que já passou do prazo. E espero que o nosso grande “Reimane-lli”, que eu carinhosamente batizei aqui, o Rei do Plenário, que ele autorize a passar este requerimento nosso que visa saber informações sobre precatórios. se Deus quiser este requerimento será aprovado, pelo bem da transparência.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Dr. Batista, Deputado Jonas, Deputadas, Deputados, comitê de imprensa, visitantes e paranaenses que nos dão a honra de acompanhar a transmissão ao vivo das Sessões desta Casa.

Nobre Presidente Nelson Justus, estamos encaminhando a V. Exa. no dia de hoje a redação de um projeto de lei que autoriza o Governo do Paraná a criar a Secretaria de Combate à Pedofilia.

Diz o nosso projeto:

(Lê):

“Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a criar a Secretaria de Combate à Pedofilia.

Art. 2º Enquanto o Governo do Estado não promover concurso público para admissão de pessoal, a nova Secretaria funcionará com funcionários a serem requisitados da Secretaria da Segurança Pública.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18/11/08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Um dos problemas que mais tem angustiado famílias de todo o planeta é o crescente aumento da pedofilia. A imprensa registra, no dia-a-dia, casos de crianças e de adolescentes que entram para as estatísticas como novas vítimas dos pedófilos. Os autores da violência, muitas vezes, são familiares da vítima, vizinhos, estranhos e, infelizmente, até alguns religiosos. Com a internet, ficou mais fácil a pedofilia alastrar-se por todas as camadas da sociedade. Por isso, é preciso uma bem organizada estrutura para vencer a grande guerra contra os pedófilos. A Secretaria de Combate à Pedofilia pode devolver a tranquilidade aos pais que hoje vivem em permanente tensão, tomados pelo medo de que seus filhos também sejam vítimas desse grande mal.”

Ainda hoje, Sr. Presidente, tivemos o privilégio de participar de uma reunião sob o comando da Deputada Rosane Ferreira com a Secretária Dra. Telma e cujo tema abordado, durante mais de uma hora e meia, foi esta violência que está proliferando no Paraná, principalmente

contra a criança. Violência em todos os locais, na escola, na rua, em todo canto. Pegando carona na feliz iniciativa dessa nobre Parlamentar Rosane, é que elaboramos esse projeto.

Esperamos, Sr. Presidente, que o nosso projeto venha a ser aprovado, porque hoje é muito raro se encontrar uma família de bem que não tenha medo de que seu filho, sua criança e seu adolescente venha a se tornar uma vítima da pedofilia.

Por último, nobre Presidente, queremos saudar os policiais civis que hoje visitam esta Casa. E tomara que vocês possam brevemente bater palmas às autoridades que comandam o Paraná. Porque, nobre Deputado Marcelo Rangel, estamos recebendo policiais, homens e mulheres, as mulheres estão dando de goleada nos homens hoje, saudando os policiais civis do Paraná, que fazem parte inclusive a Presidente Kátia Chemin Branco. O que eles estão reivindicando? Pequei rapidamente, peço perdão aos policiais civis, que chegaram agora há pouco nas galerias.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Não deu tempo de anotar tudo, mas vejo que a pauta principal, principalmente das mulheres, e quero crer também que os homens estão interessados num direito adquirido, quando fizeram concurso público para ingresso no serviço público estadual, estava estabelecido por edital que o tempo de serviço seria de 25 anos. Não sei se confere a informação. Agora, o que está ocorrendo, é que com o trem andando resolveram tirar esse direito adquirido dos valerosos policiais do Paraná. Querem colocar todos os policiais no Quadro Geral do Estado, dando um tratamento desigual que fere totalmente àquilo estabelecido. Se estiver estabelecido no concurso tempo de serviço para efeito de aposentadoria 25 anos, é inadmissível, é desumano, é fora da lei querer ampliar esse prazo.

Então, vêm hoje aqui mulheres, vêm homens, vêm policiais lembrando da missão de um policial, seja feminino ou masculino, é uma tremenda barra poder cumprir com fidelidade a missão que está sobre os ombros de cada policial. É sabido que muitas vezes o bandido no Paraná, e no Brasil, muitas vezes o bandido está melhor armado do que o próprio policial. O policial está com um carro meia boca, às vezes até um pneu meio careca, às vezes não tem tanto combustível, e muitas vezes tem bandido usando helicóptero, carro blindado, usando metralhadora, usando todo tipo de armamento perigoso, e no dia-a-dia está se tornando uma rotina, a imprensa noticia: “Policial tomba morto no cumprimento do seu dever.”

Quando o policial morre no cumprimento do dever, não falta político para chorar em volta do caixão, derramar lágrimas muitas vezes e de preferência que a viúva esteja vendo, o viúvo ou a família, para ver se com isso o político consegue canalizar uns votinhos da família de quem morreu. Sai até um discurso bonito, nota na

imprensa. Muitas vezes, autoridade competente que deveria dar boas condições de trabalho ao policial, não manda uma corbelha, não manda um cartão, um telegrama para a família enlutada.

Então, é realmente uma profissão de alta periculosidade. É o nosso louvor, é a nossa homenagem a esses bravos e aguerridos profissionais que, com amor à causa que defendem, têm trabalhado no sentido de promover a segurança, a tranquilidade e a ordem, que toda a população reclama. Mas, já que o salário está muito longe de ser o salário que um policial deveria ganhar pelo risco, pelo perigo da sua profissão, tanto é que tem grandes centros hoje que têm policial que muitas vezes, quando está de folga, tem medo até de sair na rua, porque se for reconhecido pelo bandido, ele pode ser vítima de uma vingança. Quantos já morreram assim vítimas de uma vingança.

Então. Sr. Presidente, já que o salário está longe de ser um salário compatível com o risco, com o perigo e com esse trabalho de amor, de competência que cada policial desenvolve, às mulheres policiais, aos homens policiais, o nosso respeito em nome da bancada do partido que nós representamos aqui, Partido Progressista liderado pelo grande Deputado Duílio Genari, partido que tem junto comigo a Deputada Cida Borghetti e o Deputado Ney Leprevost, queremos expressar a vocês policiais civis o apoio da nossa bancada, lamentando que o Tribunal de Contas do Paraná tenha negado o direito de vocês. Mas, aqui é a Casa que faz leis, leis que podem prejudicar, leis que podem beneficiar, leis que podem fazer justiça e muitas vezes algum projeto que, muitas vezes, não confere a quem tem direito a justiça que a pessoa é merecedora.

Estamos nesta Casa também com o voto de vocês. Vocês votaram e ajudaram a eleger os componentes desta Casa que é a Assembléia Legislativa. É o nosso dever, é a nossa obrigação, sim. Não estamos em campanha eleitoral agora e que bom que não tem campanha agora. Então, este é o momento de cada Parlamentar mostrar o apreço, o respeito, a consideração que tem por esta valorosa categoria, que são os policiais civis. E fazer com que esta Casa se una em defesa dos direitos que vocês pregam, que é o cumprimento daquele tempo de serviço que vocês tinham quando prestaram concurso público e que agora vem sendo negado. Além de outros benefícios, como o próprio salário, que voltamos a defender. Está muito longe e deveria ser um salário mais humano, para gente que trabalha numa profissão tão perigosa, que é aquela de dar a garantia, a segurança a que todos os paranaenses têm direito.

Policiais civis, o apoio da bancada do nosso Partido Progressista. Estaremos solidários na luta de vocês!

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

## **Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA**

Cumprimento a nobre Presidenta, como também os nobres Parlamentares e quero cumprimentar também todos os policiais civis, as esposas de policiais aqui entre nós, e externar nosso apoio.

Mas, o que me traz à tribuna, Sra. Presidenta, é um projeto de lei de minha autoria e do Deputado Teruo Kato, que hoje está em pauta, em 1ª votação. É o Projeto de Lei nº 201/08. Achei até por bem falar deste projeto no Pequeno Expediente, porque há um verdadeiro clamor da classe produtora rural, em especial os pequenos proprietários do nosso estado, que são 80% dos proprietários rurais, para resolver, definitivamente, o problema da reserva legal.

Ontem tivemos, aqui, uma discussão onde o Deputado Ademar Traiano trouxe, de forma bastante clara, o sofrimento que os agricultores brasileiros e paranaenses têm, na medida em que não podem usar os 20% das suas respectivas propriedades rurais.

O Código Florestal de 1965 preservava esta área de 20% para madeiráveis, porque sabia que o cidadão de 40 anos atrás iria precisar da madeira, hora ou outra, para fazer um berço para o filho, uma cama para a esposa, uma casa para morar. Mas, a devastação no país foi tão grande que a reserva legal se transformou numa espécie de local intocável. E, hoje, passou a ser, de fato, um local intocável. Acontece que o mesmo Código Florestal que determina a reserva legal não se preocupou em regulamentar o que é que tem dentro da reserva legal.

Fico pensando: não é possível colocar lá um pé de laranja para o cidadão colher laranja, junto com as outras essências nativas; uma seringueira, como na região norte é tão profícua; um café sombreado; um eucalipto ou tantas outras espécies exóticas, que não concorram com as espécies nativas. Me parece que isto é possível e desejável.

Por isso, o Deputado Teruo Kato e eu, junto com várias instituições e entidades do meio rural, do meio acadêmico, chegamos à conclusão de um projeto de lei que passou, teve sua constitucionalidade confirmada na Comissão de Justiça e está sendo trazido a Plenário para que hoje possa ter sua 1ª discussão.

Este projeto de lei, acredito, vai fazer justiça com o proprietário rural, seja ele pequeno, grande ou médio. Agora, a coisa é tão importante que a própria Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através do Secretário Rasca Rodrigues, em uma recente Resolução nº 045/08, institui critérios, normas, procedimentos e conceitos aplicáveis ao uso de espécies exóticas na recuperação da reserva legal. Em outras palavras, o estado do Paraná já está se preocupando administrativamente em regulamentar. Agora, ele está regulamentando em uma resolução, daqui a pouco pode regulamentar em uma portaria ou até em um decreto, mas nada tem mais força do que uma lei e é exatamente uma lei nessa direção que estamos apresentando ao Paraná.

Ou seja, trocando em miúdos, o agricultor poderá trabalhar os 20% da sua propriedade, desde que não esteja constituída em uma reserva legal nativa já estabelecida, mas na sua implantação, ou no seu manejo, com espécies exóticas e dali tirar parte do seu sustento. Quer plantar laranja? Vai plantar laranja e durante 20 anos - um ciclo econômico - ele pode extrair dividendos dali. Quer plantar eucaliptos e cortar, seja o primeiro, o segundo ou terceiro corte, poderá fazê-lo se paralelamente a isso ele estiver também recuperando a sua reserva legal.

É um projeto de certa forma inédito, mas que já tem um similar em uma resolução do estado do Paraná, da Administração paranaense. Tenho certeza absoluta que os nobres Pares, fazendo coro a esse verdadeiro anseio do meio rural, hoje votaremos aqui e aprovaremos por unanimidade esse projeto de lei que ora apresentamos. O Paraná estará dando um passo na promoção da sua economia e um passo maior ainda na preservação do meio ambiente, que todos nós desejamos e sobretudo merecemos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

A pedido do Deputado Duílio Genari, registramos a presença da Vereadora da cidade de Toledo, Rosa Campos. Seja bem-vinda a esta Casa!

### ***Grande Expediente:***

Primeiro orador inscrito no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

### ***Deputado Stephanes Júnior (PMDB)***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Presidente desta Sessão, Deputada Cida Borghetti, parabéns pelos 20 anos de vida pública do Deputado Ricardo Barros! Deputado Jonas Guimarães, que faz parte da Mesa, senhoras e senhores.

Gostaria primeiramente de abordar esse tema da reforma tributária. Acho que todos aqui sabem que tenho uma posição muito independente e crítica das coisas que acontecem no Paraná, independente de ser um Deputado eleito pelo PMDB. Considero essa proposta do Governo de reforma tributária - em quase dois anos em que sou Deputado - o ato mais importante e inteligente deste Governo. Ela é muito boa e fiz uma avaliação, estudei o assunto e queria dividi-lo com vocês e com as pessoas que nos assistem.

São 95 mil itens que terão a alíquota de ICMS reduzida, sendo alguns de 18% para 12% e outros de 25% para 12%, mas todas vão baixar. Isso vai gerar riqueza para o Paraná, e olha que tenho visto e, por exemplo, o IBGE acabou de dizer que o Paraná, de 2003 a 2006, diminuiu a participação no Produto Interno Bruto do Brasil de 6,5% para 5,8%. É muita coisa que diminuiu a pujança da economia do Paraná. Nós continuamos em

5º lugar na economia do Brasil, mas caímos muito na nossa produção, e acho que isso pode resgatar. Por que digo isso? Porque isso vai fazer com que aumentem as vendas no Paraná, vai beneficiar as pessoas mais humildes, porque na hora que o remédio, que hoje tem uma alíquota de 18%, baixar para 12, o que vai acontecer? Por exemplo, um remédio que for comprado numa farmácia custe R\$ 850, poderá vir a custar, com a diminuição da alíquota de 12%, R\$ 139,77. E acho que na farmácia vai haver o repasse para o consumidor, porque o mercado mais competitivo que existe no Brasil hoje são as farmácias, é uma guerra. E isso representa, para quem tem plano de saúde, ou para quem tem medicamento de uso contínuo, eu estou falando de quase R\$ 12 só no medicamento, isso se comprar R\$ 150. Se alguém for comprar eletroeletrônicos, uma geladeira, um fogão, uma máquina de lavar roupa, que hoje está em torno de R\$ 1 mil e 800 os três juntos, a pessoa vai ganhar R\$ 201. E esse ramo também é um ramo que hoje tem uma competição muito acirrada.

Tenho certeza que isso vai ser repassado para os clientes, e mais do que isso, as vendas de produtos paranaenses para o resto do Brasil vão aumentar, pode ter certeza que a venda dos produtos produzidos aqui no Paraná vão aumentar, porque o consumo mais baixo facilita para que o preço fique menor para se vender para outros estados do Brasil, ou seja, essa é uma proposta desenvolvida pela equipe do Heron Arzua e do Nestor Bueno muito boa. Parabéns a eles e à sua equipe. O estado do Paraná vai produzir mais, o consumidor vai poder comprar mais coisas, levar mais produtos, remédios, ou o que precisar para a sua casa.

O que eu quero na realidade, é fazer algumas emendas na lei para colocar coisas que não foram incluídas, e por exemplo, para tirar o vinho. O vinho vai aumentar em 2%, bebidas alcoólicas, cigarros, mas o vinho, por ser um produto muito ligado à agricultura, acho que tem que ser retirado desse aumento de alíquota. Temos que fazer uma emenda sobre esse aspecto. Da mesma forma quero incluir aqui alguns produtos que não estão: toalhas de papel, guardanapos e outros que não estão para baixar a alíquota; quero também tirar ICMS da energia elétrica dos hospitais, os hospitais hoje têm dificuldades em pagar a conta de luz e são grandes consumidores. Já que vai aumentar, de modo geral, a arrecadação da energia elétrica, tirar fora os hospitais, é o momento de fazer isso.

Então, quero fazer algumas emendas, acrescentando e melhorando a proposta do Governo, mas considero-a muito boa. E tem outra situação, os próximos Governadores vão ter muito mais facilidade de administrar o Paraná. Por quê? Primeiro fica muito mais transparente e fácil de você arrecadar, na hora que você tem, baseado na energia elétrica, combustível, telecomunicações, álcool e cigarros, tudo com 12%, a fiscalização fica muito mais fácil de ser feita, a sonegação diminui, a transparência aumenta, é muito mais simples, é muito menos burocrático, é muito

fácil sob o ponto de vista tributário e sob o ponto de vista da transparência, saber de onde arrecada, de onde veio e diminuir a sonegação. Então, é um ponto de vista muito positivo, até sob o ponto de vista administrativo, essa reforma, por isso eu a defendo.

E, olha, ninguém me pediu para vir aqui hoje, não recebi instrução do Líder do Governo para eu estar aqui falando, não recebi pedido do Palácio para vir aqui falar, eu avaliei isso e estou externando a minha opinião, porque normalmente tenho sido crítico aqui às posições do Governo, e muito crítico, mas sobre isso aqui considero muito positivo. E dou até um exemplo negativo: dizem que a conta de energia elétrica vai subir na indústria de médio para grande porte, que gaste R\$ 15 mil de conta de luz, que é uma grande conta de luz, ela teria aumentado em R\$ 450 aproximadamente, o que pagaria por mês. Mas, ela diminui porque a indústria que não sonega é credora de ICMS, ela diminui do que vai pagar, ela tem que pagar o imposto, ela diminui da GR que ela emite para o pagamento de ICMS, então fica zerado. Paga mais aqui e diminui exatamente o que ela vai ter que pagar de imposto, se não sonegou vai ter que pagar imposto. Quem não paga imposto, normalmente, não é beneficiada por isso aqui, são indústrias exportadoras.

A indústrias que exportam, pela Lei Kandir, se creditam do ICMS, vai ser um crédito a mais no aumento de ICMS, de energia elétrica. Mas, o que deveria ser feito, na minha opinião, até como sugestão ao Secretário Arzua e a sua equipe, fazer um programa onde você possa usar esse crédito de ICMS para investimento, para se equipar, para comprar máquinas novas. Isso seria muito bom ser feito no Paraná, agora é o momento.

Então, gostaria de passar a minha avaliação sobre essa proposta: é muito positiva, benéfica às pessoas mais carentes, não prejudica empresas, ao contrário, mexe com toda a cadeia produtiva e vai aumentar as vendas. Isso mexe com todo mundo, principalmente o que a economia mundial está passando, isso ajuda o Paraná. E não é só venda interna, não; aumenta a venda lá fora. Ou seja, é uma questão muito boa, inclusive, gera mais justiça fiscal, gera redistribuição de renda, o ICMS é feito de acordo com a importância do produto, os essenciais vão ter baixado a alíquota, simplifica e racionaliza a tributação do Paraná, e estimula a cadeia de produção.

Acho que esses pontos fazem com que essa proposta seja muito positiva e para o Governo fica uma arrecadação tranquila, realmente, porque baseado em energia elétrica, telecomunicações, combustíveis e outros itens, realmente fica para todos os Governos que vão vir a questão da segurança tributária da arrecadação do estado. Mas, isso é positivo também, não vejo isso como uma coisa ruim. Isso é bom para todos os outros Governadores, para o Paraná, e pela maneira que está sendo feita é muito inteligente, é muito boa.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Deputado Stephanes, primeiro, tenho participado das Audiências Públicas promovidas por esta Casa, através da CCJ, junto com o Deputado Durval Amaral, Deputado Nelson Justus e outros Deputados que estão participando. Nós fomos a Foz do Iguaçu, a Cascavel, eu estive também em Guarapuava, não pude estar em Ponta Grossa, mas o Deputado Marcelo e os Deputados de Ponta Grossa e outros que estiveram lá, e o que eu tenho ouvido da pessoas? Conversei, inclusive com técnicos, com pequenos empresários, com contadores, e com todos que conversei até agora se manifestaram contrários a esse momento de aumento de imposto. O Governo diz que poderá baixar o preço de determinados produtos, porque vai reduzir o ICMS de 18% para 12%. Mas, quem vai decidir isso será o dono do supermercado, o grande supermercado e eles são a favor dessa redução.

Mas, por outro lado, a certeza é garantida, o aumento do ICMS da energia elétrica, da gasolina e das telecomunicações e vai aumentar os custos, principalmente do processo produtivo. E aumentar no momento que estamos passando de recessão. Estão aí os Governos prorrogando os prazos, para as empresas, para que possam pagar o ICMS. E o nosso Governo vai na contra-mão. Ele vai aumentar o preço em determinados produtos.

V. Exa. está com toda a razão em dizer que vai facilitar a vida do Governo, porque terá um número menor de empresas para fiscalizar. Os mais carentes, na minha opinião, serão os grandes penalizados por esse projeto.

Enfim, parabeno V. EXa. pela coragem de defender esse projeto, mas, na minha opinião, o povo humilde que o Governador Roberto Requião tanto fala em querer beneficiar, com esse projeto vai penalizar.

Muito obrigado.

### **O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)**

Acredito que o mercado exige o repasse disso para o consumidor. Não tem como acontecer. Aumenta a venda, a arrecadação, aumenta tudo em todos os aspectos.

Considero o ato mais importante e mais inteligente desse Governo. Torço por isso e defendo isso.

Então, quero defender essa proposta e parabenizar o pessoal da Polícia Civil pela presença. Desejo sucesso a eles nas reivindicações.

Quero também parabenizar o futuro Desembargador José Laurindo Souza Neto, que além de ser meu amigo pessoal é uma pessoa muito competente e preparada para ser Desembargador. Parabéns ao Laurindo e parabéns aos Desembargadores que o escolheram.

Muito obrigado.

### **A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

## ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que me traz à tribuna hoje, é discorrer sobre um assunto que ouvi falar ontem na posse do Conselho Político da Associação Comercial do Paraná. Um dos Conselheiros levantou essa questão, um trabalho que nós também já estávamos fazendo aqui na Assembléia Legislativa, em relação à PETROBRAS.

Se formos analisar o balanço da PETROBRAS no terceiro trimestre deste ano, a PETROBRAS teve um lucro de R\$ 10 trilhões 850 bilhões, ou seja, 96% maior do mesmo período do ano passado. O segundo trimestre deste ano, o lucro da PETROBRAS foi de R\$ 8 trilhões 780 bilhões o que representava já uma alta de 29% num mesmo período do ano passado.

Agora, vejam Srs. Deputados: a PETROBRAS neste ano, em nove meses, ela cresceu e teve um lucro de 61% a mais que no ano passado. E o lucro em nove meses foi de R\$ 26 trilhões 560 bilhões. Ora, Srs. Deputados, uma empresa que é estatal, que tem o monopólio do petróleo no nosso Brasil, registrar um lucro de R\$ 10 trilhões 850 bilhões em três meses e o combustível que o brasileiro paga é um dos mais caros do continente.

E eles falam que a PETROBRAS realmente é nossa. Lógico, é Governo. Se a PETROBRAS é Governo, por que pagamos tão caro por esse combustível? Se os lucros são exorbitantes! Onze bilhões em três meses, isso é dinheiro que não dá para imaginar. Agora, vamos fazer uma outra consideração: o barril de petróleo no ano passado estava sendo comercializado a US\$ 140. Ontem à noite deu nos jornais que o barril de petróleo está abaixo de US\$ 60. E qual é o reflexo que esta baixa do petróleo tem nas pessoas, na sociedade brasileira? Quando o petróleo subia, tinha que aumentar porque aumentou o petróleo. Agora, menos da metade do preço, 1/3 do valor, que já custava uma vez e teve reflexo do proprietário do carro, do caminhão, que vai abastecer no posto. O nosso agricultor que produz o alimento para o Brasil e para boa parte do mundo, paga o diesel mais caro do planeta. E a PETROBRAS vem contar aqui o lucro que essa empresa tem.

Ora, o que chama a atenção é exatamente isso, são as mesmas pessoas que se dizem os defensores da sociedade do país, que querem ajudar a alavancar a economia. Quando eles têm nas mãos do Governo a concentração do petróleo produzido ou mesmo importado de outros países para o nosso.

Esse registro, Sras. e Srs. Deputados, acho que tem que ser feito nesse momento. Quero repetir: o barril de petróleo que estava sendo comercializado a US\$ 140, hoje está abaixo de US\$ 60 e a redução ficou por conta de quem?

O dólar desvalorizou, valorizou o real. Então, vamos pegar o lucro da PETROBRAS que é recorde. Volto a dizer aos Srs. Deputados, no segundo trimestre já era recorde em relação ao ano passado. Agora no terceiro

trimestre, novamente. E se continuar assim o lucro da PETROBRAS deverá fechar o ano em torno de R\$ 35 bilhões, algo em torno de 3 bilhões de lucro por mês.

E coitado do carro do viajante, aquele que precisa do carro para fazer seu trabalho ou o caminhoneiro, aquele que precisa do diesel para puxar a nossa produção ou mesmo o agricultor que precisa do diesel para preparar sua terra para plantar, para colher.

Por que a PETROBRAS, Srs. Deputados, não pode reduzir seu lucro? Porque não pode transferir isso para a sociedade. Agora, a PETROBRAS sim, ela poderia investir, já que precisamos reduzir o custo de produção dos nossos agricultores, já que a PETROBRAS tem na sua origem e a formação, os componentes do adubo, ou seja, o fertilizante, ele é formado pelo nitrogênio, fósforo e potássio e o nitrogênio é extraído do petróleo e nós temos no nosso subsolo, Srs. Deputados, temos fósforo e potássio - já que a COPEL vai lucrar mais de 30 bilhões este ano, algo em torno de 35 bilhões vai ser o lucro, por que a PETROBRAS não pode entrar nesse mercado e explorar o potássio e o fósforo para que os nossos agricultores possam ter o adubo mais barato? Por que os componentes do fertilizante aumentaram mais de 100% este ano?

Deputado Ney, coitado do nosso agricultor! Então, a PETROBRAS podia sim, ela podia entrar no mercado para explorar o fósforo e o potássio. Mas pelo contrário, ela procura o quê? O lucro fácil. Nas custas de quem? Nas custas dos brasileiros que abastecem o seu carro, sua máquina, seu caminhão, seu navio, seja lá o que for.

Então, é neste momento que temos que fazer as reflexões. E vem neste momento que a PETROBRAS tem um lucro louco, um absurdo de um lucro de uma empresa que é estatal, pois na verdade o objetivo da PETROBRAS seria fazer com que o brasileiro abastecesse mais barato. Eu pergunto: o que será que a bancada iria fazer, Srs. Deputados, se a PETROBRAS não estivesse na mão do Governo? Se fosse privatizada, Deputado Marcelo Rangel, o que o Governo, me desculpem os Srs. Deputados, não estou me referindo só aos Deputados do PT daqui, mas o que o PT estaria fazendo no Brasil hoje se a PETROBRAS não estivesse na mão do Governo? Estaria dando esse lucro. O que eles estariam dizendo?

Este é o capitalismo selvagem que toma da sociedade brasileira. Este seria o grande mote! E aqui no Paraná, o que eles vão deparar? Além de pagarmos o petróleo mais caro, vamos aumentar o imposto ainda em cima da gasolina - vejam aonde chegamos!

Eu disse na Audiência Pública em Guarapuava, Srs. Deputados, que o momento era do Governo Federal se concentrar lá em Brasília, no momento que se discute a reforma tributária, porque existe a isenção do ICMS na exportação de um estado para outro. Eu disse semana passada que nós exportamos algo em torno, com a energia produzida no Brasil, com nossas terras submersas, R\$ 9 bilhões, 12% que é a taxa alíquota do ICMS, alíquota interestadual, o estado deixa de arrecadar R\$ 1 bilhão e 200 milhões de ICMS.

Porque não poderíamos como está fazendo, a exemplo o Deputado Gustavo Fruet, Eduardo Sciarra e talvez outros Deputados, que estão mexendo lá em cima, o Governo Estadual teria que estar neste momento reunindo a Bancada Federal, os Deputados, Senadores, junto com o Rio de Janeiro e outros estados também que são produtores do petróleo e nós que somos os grandes produtores de energia elétrica, deveríamos estar lá em Brasília fazendo com que fosse tributada a energia elétrica, pelo menos uma parte na sua produção e não na ponta, porque São Paulo cobra os 27% do consumidor e, fica com uma parte integral para eles, e quem produz a energia elétrica e a exporta para outro estado não recebe absolutamente nada. Acho que aí sim, estaríamos no momento certo, por essa razão falar em reforma tributária, e olhem, o meu amigo, Reinhold Stephanes Júnior, a quem respeito e admiro até pelas convicções que tem, mas não consigo entender o Reinhold, daquela tribuna defender a reforma tributária do nosso Governador.

Concedo o aparte do Deputado Marcelo Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Elio Rusch, estou prestando bastante atenção ao seu pronunciamento, pronunciamento importante, fala sobre os preços da gasolina no país e sobre o aumento da carga tributária na gasolina aqui no estado do Paraná.

Só para ilustrar o seu pronunciamento, Deputado Elio fiz uma pesquisa rápida para saber os valores da gasolina em outros estados do Brasil. No estado do Paraná a oscilação fica entre 2.39 e 2.59, é maior do que São Paulo que é de 2.27 a 2.52. O preço da gasolina também é maior do que no Rio Grande do Sul que fica entre 2.49 e 2.57 e olhem que temos refinaria aqui no estado do Paraná. Com a minirreforma, com o aumento da carga tributária da gasolina, no mínimo o valor da gasolina no estado do Paraná vai saltar 10 centavos, no mínimo mais 10 centavos, eu também tenho os valores aqui do Rio de Janeiro, da Bahia, do Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina, ou seja com o aumento da carga tributária do combustível o Paraná possivelmente terá a gasolina mais cara, ou uma das mais caras de todo o país!

Portanto, realmente é preciso se ampliar o debate a respeito dessa minirreforma ou desse pacote, que inclui aumento de impostos da energia elétrica, da gasolina e também das telecomunicações.

Obrigado, Deputado Elio Lino.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Agradeço o aparte, Deputado Marcelo Rangel, pela contribuição que V. Exa. dá ao nosso pronunciamento.

Com o aparte Deputado Reni Pereira.

#### **O Sr. Reni Pereira (PSB)**

Deputado Elio Lino Rusch, o debate agora está começando realmente a entrar no sério, percebo que o

Deputado Stephanes Júnior hoje falou realmente o que é a essência da reforma tributária. Essa reforma tributária é muito boa, mas muito boa mesmo, para o Governo! Tanto, que quem já lá no passado precisou aumentar a arrecadação, quanto quem no futuro precisar de um mecanismo que realmente arrecade com certeza. Quanto ao benefício que está sendo anunciado essa é a dúvida. V. Exa. colocou muito bem. Pedi o aparte, mas já estava no final do pronunciamento do Deputado Stephanes, o Governo realmente agora está colocando a defesa do que é a essência da reforma tributária que é para arrecadar. Eu, como disse desde o primeiro discurso, temos que ter a responsabilidade do quanto vamos ter que garantir de arrecadação no ano que vem, mas vamos utilizar a verdade, não adianta anunciar uma reforma robinhooiana quando no fundo ela é uma reforma que visa arrecadar! Se for necessária vamos fazê-la, mas vamos falar a verdade para a população do Paraná.

Deputado Reni Pereira, Srs. Deputados, faço questão de ler para os senhores tomarem conhecimento, está no blog de hoje do Zé Beto:

**(Lê):**

“Puebla na veia

18 de novembro de 2008 - 14h53

Se Rodrigo da Rocha Loures, Presidente da FIEP, aceitar o convite do Deputado Reni Pereira (PSB) para falar sobre o projeto de reforma tributária encaminhado pelo Governo, vai dizer, primeiro, que a entidade que dirige é totalmente contra qualquer aumento da carga tributária, que já leva 40% de tudo que se produz no país. Segundamente, vai informar que, do jeito que está proposto, nem uma equipe de sábios da economia conseguirá provar se vai haver equilíbrio entre o vai deixar de ser arrecadado com aquela lista interminável de produtos, e o que vai entrar com o aumento do ICMS nos combustíveis, energia elétrica, bebidas e fumo. Diz isso, porque os técnicos da FIEP tentaram. Somente depois de aprovado e implementada a reforma é que será possível avaliar isso. O que ele não vai dizer é que na Federação tem gente que diz coisas como: “Isso é Carta de Puebla na veia”; ou “Quem acredita que na ponta da venda o produto vai baixar de preço, nasceu em Marte”.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do DEM***

Uso o horário da Liderança dos Democratas.

Quero dizer essa notícia que está no blog do José Beto no dia de hoje. Quero dizer aos Srs. Deputados, quando se fala da reforma tributária, aqui, no estado do Paraná. Ora, acho que é o momento que toda a sociedade vive é de cautela, é o momento que todos Governantes têm que tomar todo cuidado para que não venhamos trazer uma incerteza maior na economia que vivemos. Mas, dizer que na economia que vivemos hoje, a crise está instalada.

Ontem o Governo da segunda maior economia do mundo, o Governo do Japão admitiu que o país vive na recessão, a recessão chegou. Aqui no Brasil, parece que alguns ainda estão brincando. E quando falam alguns estão brincando, quando não se aceita e não se encara a realidade da crise que vivemos. As montadoras estabelecidas no nosso país, hoje, estão em férias coletivas; grandes empresas não sabem o que vão fazer, o que vai acontecer com a nossa economia.

Aqui queremos falar em aumentar impostos. Se fala com tanta convicção que a redução de 18 para 12%, que uma cesta de remédios que custa R\$ 150, após a reforma vai se comprar por 159. Ora, Srs. Parlamentares, quem garante isso? Qual o mecanismo que o Governo vai oferecer que isso chegue no consumidor? Continuar com aquele discurso: economia de mercado, que vai regular isso. Não é possível.

E quando se fala que é para classe C, D e E. Mas de forma, Srs. Deputados, não dá para aceitar isso. Porque o pobre também consome energia elétrica, o pobre tem telefone, o pobre também gosta de tomar uma cervejinha. E quem mais fuma nesse país? Quem mais fuma é a classe, A, B ou é a C, D e E? Vamos fazer uma avaliação. Problema de quem fuma. Não sou fumante. Quem quer fumar que continue fumando. Não tenho esse vício. Agora começar a aumentar a carga tributária, concentrar em cima de produtos que não tem como sonegar. Como disse a nota hoje no blog, só existe uma coisa que pode confirmar, após implantação do mesmo, os números que a própria Secretaria da Fazenda apresenta nas Audiências Públicas - e tenho participado de quase todas - os números são belos maravilhosos. Mas quem garante isso? Quem garante que vai chegar ao consumidor? Já disse uma vez, aqui, da tribuna, respeito a posição de Deputado, de qualquer um, isso faz parte do Parlamento, uns concordam, outros discordam, outros procuram aperfeiçoar o projeto. É a discussão, é o falar, falar, falar. Vamos fazer dessa forma para encontrar o caminho mais viável.

Mas, também devemos ter a inteligência de saber recuar ou também, avançar. Quem nos garante que essa redução vai atingir o consumidor.

Então me desculpe, quando falam que essa reforma tributária é para beneficiar o pobre. Ah, pára com isso! É para beneficiar os grandes. Porque só as grandes empresas que são beneficiadas. As pequenas empresas pelo contrário serão penalizadas. As que estão no SIMPLES, que são penalizados. É importante que a sociedade e você comerciante que está me assistindo em casa. Você comerciante que é o SIMPLES, que está no SIMPLES, que não paga a alíquota de ICMS, a sua empresa, o senhor será penalizado, porque o senhor tem que aumentar o seu produto na planilha de custo da sua produção. O senhor vai pagar mais pela energia, mais pelo telefone e por qualquer meio de comunicação.

Então, é importante que o senhor saiba da realidade, aquilo que o projeto da reforma tributária está sendo discutido aqui, que o Governo quer instalar mesmo.

Deputado Dobrandino com muito prazer lhe concedo o aparte.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Deputado Elio, obrigado pelo aparte, gostaria de colocar aqui a minha manifestação de forma contrária e por razões, do que se coloque hoje, por exemplo. Quem assiste a TV Assembleia que abrange quase todo o estado, acha, escuta o Governo está mandando aumentar a carga tributária. Isso não é verdade, Deputado, temos que ser corretos. O Governo está fazendo uma proposta para aumentar X no preço do combustível, do telefone, da energia e de alguns produtos como cigarro - que acho que não dá nem para falar nisso porque é muito melhor aumentar 10 vezes e diminuir o preço da comida.

Então, na verdade eu diria o seguinte, esse aumento falei com o Governador, falei com o Secretário da Fazenda, a intenção do Governo não é aumentar a carga tributária. Não é verdade isso. O Governo está propondo esse aumento e uma compensação do outro lado da linha.

Sabemos que esses 2%, Deputado Elio, que uma coisa é verdade, atinge a todos. Quem tem telefone, quem não tem, quem tem carro, quem não tem. Atinge a todos, mas o desconto que se está dando, também por outro lado, atinge a todos também. Agora, dizer que não vai chegar para o consumidor esse desconto, nós estaríamos aqui neste momento sendo até levianos, dizer que os empresários são corruptos. Sabemos que tem comerciante corrupto, como sabemos que também tem fiscal do estado corrupto. Sabemos disso, mas não podemos generalizar. O Governo tem mecanismos e vai fiscalizar isso. Por outro lado, se você tem um estabelecimento comercial que vai se beneficiar desse desconto, baixar o seu produto, o outro, claro que vai ter que fazer o mesmo, porque é a lei da concorrência pública, a lei livre de mercado. Pode até amanhã, na hora de implantar o que for aprovado, entendendo aqui na Casa que isso não beneficiou o consumidor, podemos também revogar essa lei.

O Governo do Estado está com coragem de fazer essa reforma. Devia ter feito isso, mas nunca fazem, só prometem e não fazem.

V. Exa. falou agora da PETROBRAS com razão, essa ganância do Governo. Então, acho que não podemos aqui neste momento fazer um pré-julgamento, dizer que o Governo só vai arrecadar, não vai beneficiar. Isso não é verdade.

Eu confio e acredito neste Governo. A intenção do Governo é correta. Espero que essa lei seja aprovada e venha beneficiar, na verdade, toda a população do Paraná com esse desconto, com essa cadeia, em todo supermercado, a cadeia produtiva. Os nossos consumidores, desde os mais pobres, vão conseguir alimento mais barato.



Agradeço a V. Exa. por me dar este aparte, mas dizer que eu discordo da forma que está sendo colocado, porque não foi implantado ainda.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sabemos que o Governo, de um lado deixa de arrecadar e de outro lado ele arrecada. Esta certeza nós temos. Nunca falamos que só aumenta a carga tributária. Mas, que vai aumentar o imposto sobre os itens, vai aumentar. Não podemos esconder isto! E o desconto que o Governo vai dar, porque ele vai deixar de arrecadar, não sabemos se isto vai chegar na ponta.

Falar uma coisinha: “Porque compramos eletrodomésticos!” Deputado Dobrandino da Silva, alguém me fez um cálculo de uma geladeira. Você compra uma geladeira. Se o desconto do ICMS chega na ponta, vai ter um desconto de R\$ 68. Uma geladeira você compra a cada 10 ou 15 anos. Divide isto por 10 anos, por 120 meses. Ele terá um desconto de 56 centavos por mês. E quando ele vai pagar de energia a mais? Ah, não, mas o pobre é a cesta básica. A cesta básica já está isenta. Não paga imposto.

Para concluir, na verdade, Srs. Deputados, este é um tema que vai gerar muitos debates. O grande debate vai acontecer mesmo quando discutirmos este projeto aqui em Plenário. Hoje, são as Audiências Públicas. Quinta-feira estaremos na cidade de Londrina, lá na Associação Comercial, às 8h30 da manhã, e às 19h lá na cidade de Maringá, também na Associação Comercial. Encerrando as Audiências Públicas no dia 26, na Associação Comercial do Paraná, no auditório, aqui na rua XV de Novembro, no auditório desta entidade.

Então, é importante que todos participem das Audiências Públicas e levem sua posição, a exemplo do que vem acontecendo nas Audiências que já realizamos. E quem participa da Audiência Pública está vendo quem está defendendo. Só defendem o projeto estas empresas que são beneficiadas. Os demais, são todos contra.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

O SR. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao horário destinado às Lideranças, concedendo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel, no horário destinado ao Bloco PPS/PMN.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN***

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Subo à tribuna nesta tarde, para dizer que eu acreditava que hoje seria um dia muito especial para a Assembléia Legislativa, porque estaríamos avaliando o Projeto de nº 242/07, de nossa autoria, e o veto do Sr. Governador a um projeto que prevê a redução de 50% nas

tarifas de pedágio para estudantes, que moram em uma cidade e estudam em outra cidade e que necessariamente, precisam utilizar a rodovia e precisam passar pelas praças de pedágio, todo santo dia.

Este projeto foi apresentado ano passado. Foi o primeiro projeto que falava sobre as tarifas de pedágio. Ele demorou praticamente um ano, tramitando aqui na Assembléia Legislativa, passou em todas as Comissões e foi aprovado por unanimidade pelos Srs. Deputados. E seguiu ao Poder Executivo.

Acredito, Srs. Deputados, que por um equívoco foi vetado pelo Sr. Governador, pois o Poder Executivo sempre votou projetos que tendem a beneficiar os usuários e conceder benefícios aos usuários e também, conceder uma tarifa justa, nas concessionárias de pedágio do estado do Paraná.

Pois bem, foi vetado. E este ano fizemos um trabalho de articulação, conversando com os nobres Pares, e estava previsto para hoje à tarde nós votarmos o veto a este projeto. Lideranças das universidades estaduais e também, as universidades federais e instituições de ensino, foram inclusive mobilizadas para participarem desta Sessão.

Conversei com os Srs. Deputados, com muitos Parlamentares, que acreditam que este projeto seja um projeto extremamente benéfico para os estudantes paranaenses, mesmo porque, existe um embasamento legal. É um projeto totalmente constitucional, porque já existe uma lei federal do meio passe para estudantes para acesso a eventos culturais. E existe algum evento cultural mais importante do que aula em uma instituição?

E essa lei é anterior inclusive aos contratos das concessionárias. Não é justo, por exemplo, um estudante que mora em Campo Mourão, mas estuda na Universidade Estadual de Maringá e utiliza a rodovia todo santo dia, pagar todos os dias o pedágio. Não é justo ele pagar 50%? Pagar meio pedágio! Não é justo, para quem mora em Piraí do Sul, para quem mora em Jaguariaíva, para quem mora em Castro e nas cidades satélites dos grandes centros, pagar meio pedágio para ter acesso a uma instituição de ensino?

É dever do órgão público, dos Poderes constituídos fazer com que exista acessibilidade facilitada aos estudantes, mas fui informado de última hora que o projeto não entrou na pauta. Sra. Presidente, o projeto não está hoje na pauta desta Sessão e, justamente hoje que temos 45 Parlamentares e tenho certeza que iríamos conseguir uma grande vitória. E mais ainda, porque conversando agora com o Líder do Governo - que foi o único Parlamentar da base governista que não teve contato mais direto, mesmo porque sempre acreditei que o Deputado Romanelli, pelas suas ideologias, com certeza estaria junto conosco e votaria a favor do projeto e contra o veto - ele, falou inclusive em frente de toda a imprensa do estado do Paraná, revelou o seu voto favorável ao projeto e contra o veto. Portanto, não tenho dúvidas que poderemos conseguir uma grande vitória aqui no Parlamento

Estadual. A Assembléia poderá aprovar esse projeto, que vai beneficiar milhares de estudantes no estado, que vão pagar uma tarifa justa, porque utilizam as rodovias e passam pelas praças das concessionárias todo o santo dia e merecem esse benefício, porque são estudantes.

Então, fiquei um pouco desapontado pelo fato de não termos o projeto na pauta, mas, por outro lado, conversei com o Presidente e ele me assegurou que o projeto voltará na próxima semana, na terça-feira.

E agora, neste momento, gostaria de me dirigir especialmente aos estudantes do estado do Paraná, a você que mora em Londrina ou nas cidades circunvizinhas, como Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e região metropolitana aqui de Curitiba, para que se mobilizem - eu que já participei de movimentos estudantis e que briguei muito por grandes conquistas - porque talvez esta seja uma grande conquista para todos os estudantes do estado do Paraná. Conclamo e peço o apoio dos estudantes paranaenses, para que no dia da votação do veto nesse projeto estejam conosco e que celebrem, junto com todos os Parlamentares do estado do Paraná, a vitória, e que possamos implantar essa lei que vai beneficiar muitos cidadãos paranaenses.

Sra. Presidente, quero me solidarizar também a respeito dos policiais civis que estão fazendo o seu manifesto aqui nas proximidades da Assembléia Legislativa. É um manifesto legítimo, mesmo porque o que eles estão pedindo nós já fizemos a defesa desse anteprojeto que prevê o Plano de Cargos e Salários no começo do ano, e o próprio Poder Executivo, o Governo do Estado fala sobre esse Plano de Cargos e Salários desde 2005 e policiais civis aposentados estão sendo convocados para trabalhar, mesmo depois da aposentadoria, mesmo depois de estarem inativos, voltarem à ativa, recebendo menos inclusive, do que os policiais que estão na ativa, porque pagam a ParanaPrevidência. É um direito do policial civil. O que mais eles pedem? Sabe o que um policial civil pede? Aumento de efetivo para o estado do Paraná, o que nós da Oposição estamos cobrando há muito tempo, aumento de efetivo na Polícia Civil, aumento de efetivo na Polícia Militar, e valorização profissional.

Para se falar de Segurança no nosso estado, para se aprofundar o debate na Segurança, primeiro precisamos discutir o soldo do policial militar, o famoso soldão que foi prometido e está fazendo aniversário, foi prometido a todos os Deputados em uma reunião aqui na Assembléia. Nós cobramos, houve a promessa, está fazendo aniversário e até agora nada. Nós cobramos aqui o aumento do efetivo, porque o Paraná, infelizmente, tem um dos menores efetivos do país, e estamos passando por uma onda de intranquilidade na Segurança Pública, os policiais civis estão fazendo as suas manifestações legítimas aqui frente aos Poderes Públicos, porque sabem que a situação é difícil, porque sabem que os cidadãos estão se sentindo inseguros e precisa partir do Poder Público, do Poder Executivo, uma ação concreta, contundente, contratando mais policiais e valorizando a classe.

Os professores receberam o benefício do Plano de Cargos e Salários graças, inclusive, a uma mobilização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Precisamos estender também aos profissionais da área de Segurança, isso é extremamente importante.

Portanto, me solidarizo com os nossos policiais civis, e podem contar com o Deputado da Oposição, mas que tem o dever de levar as considerações, as reivindicações dos policiais, dos professores, dos servidores públicos e de cada cidadão paranaense. Parabéns a vocês e podem contar conosco.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV. Bloco PTB/PR. Com a palavra Deputado Fábio Camargo.

### ***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Fábio Camargo (PTB)***

O SR. FÁBIO CAMARGO

Deputada Cida Borghetti, neste momento presidindo a Sessão, demais Deputados que estão compondo a Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Subo neste momento a esta tribuna porque tenho convicção que hoje, Deputado Belinati, estou sofrendo uma pressão por um jovem Juiz despreparado, que ficou revoltado com o meu posicionamento no intuito deste Parlamento para, de uma vez por todas, estudar os grampos no estado do Paraná. Abuso de Juiz e Delegado. O Juiz Pedro Sanson Corat vem me mandando recados, ameaças veladas. Tudo isso porque estou tendo a coragem de revelar os abusos cometidos no Paraná nas autorizações de escutas. Escutas ilegais, autorizadas sem que existam inquéritos sequer abertos, totalmente a reboque da Constituição.

Sou um Parlamentar eleito pelo povo e vou exigir respeito de quem quer que seja. Não vou jamais, Deputado Stephanes, admitir uma pressão de um Juiz criminoso, porque nós sabemos, já existem posicionamentos de que a forma como esse Juiz vem trabalhando, ele está cometendo vários crimes. Na revista Veja desta semana a reportagem fala da prova dos abusos. O relacionamento entre o Juiz Sanctis e o Delegado Protógenes, que criou uma rede de grampos e investigações ilegais, que devastou até a mais alta corte do país, o STF, diz a revista: "O Juiz De Sanctis, - aí comparo o Juiz De Sanctis ao Juiz Pedro Corat, no Paraná - o Juiz De Sanctis é aquele que, segundo o depoimento da Desembargadora Suzana Camargo, deveria estar informado sobre tudo o que se passava dentro do gabinete do Ministro Gilmar Mendes. Como isso era possível? Gravando! Uma das hipóteses é de que o Juiz também recebia informações oriundas do tal trabalho de inteligência, do Delegado Protógenes". De Sanctis nega o teor do diálogo com a Desembargadora e que também soubesse da participação de espões. E tem mais, na semana passada esse Juiz, o De Sanctis, e aqui

no Paraná, eu entendo que é o Corat, surpreendeu de novo ao defender a tese de que a Constituição, e por consequência as leis menores, não podem se sobrepujar à vontade do povo. Segundo o Dr. De Sanctis, os valores expressos na Constituição, que representam a essência do regime democrático, podem ser relativizados em nome de outros valores. Quem decide que outros valores são esses? Na Alemanha era Adolf Hitler. Aqui no Paraná é o Juiz Pedro Sanson.

E venho, de forma muito clara e objetiva, trazer o nome desse Magistrado para ficar bem claro que não é o Judiciário. Muito pelo contrário, o Judiciário do Paraná é um dos melhores Judiciários do Brasil. Todos sabem do respeito e da admiração, não só porque tive a oportunidade e a felicidade de aprender, de ser funcionário daquele órgão, mas porque sabemos exatamente quanto o Judiciário do Paraná trabalha buscando acelerar e fazer justiça. Agora, não podemos misturar as coisas, a instituição com a forma pessoal que esse Juiz age.

O relatório preliminar da Corregedoria revela que Protógenes poderá responder por crime de vazamento de informação, usurpação de função pública, realização de grampos e filmagem clandestina.

No jornal O Globo de 7 de novembro, o Ministro Eros Grau diz que contra bandidos, o estado e seus agentes atuam como se fossem bandidos. Juízes que arrogam para si a responsabilidade por operações policiais, transformando a Constituição em um punhado de palavras bonitas, rabiscadas em um pedaço de papel, sem utilidade prática. E aqui no Paraná será diferente? Aqui a Polícia recebeu carta branca do Juiz Pedro Sanson Corat para monitorar qualquer telefone do Brasil 24 horas por dia, durante sete dias por semana, no período de até um ano. Onde estamos! Um Juiz dá uma ordem que um policial, um Delegado, uma Delegacia, pode grampear quem quer que seja 24 horas, durante sete dias da semana e até um ano! Lógico, porque o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é um Tribunal sério e o que esse Juiz colocou foi revogado, porque o nosso tribunal viu o quanto esse Juiz estava abusando do seu poder.

Com senhas, esses “homens da lei” têm acesso aos dados cadastrais dos clientes, localização geográfica dos telefonemas interceptados e há um relatório de ligações - bilhetagem - feitas e recebidas por um determinado número de telefone. Desta forma é possível saber quem fez a ligação, quando, de onde e quanto tempo durou. Fontes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal afirmaram que a divulgação dessas senhas abre brechas para grampo ilegal. O setor jurídico da Brasil Telecom considerou abusivas as diversas ordens do Juiz Pedro Corat e ingressou com 11 *habeas corpus* preventivos no Tribunal de Justiça.

Eu teria, aqui, muito a falar, mas o mais importante é deixar para esta Casa que estou indo a Brasília, à CPI Nacional dos Grampos, vou levar a nossa documentação. E tenho a convicção que a CPI Nacional vai ficar

impressionada, porque não estou falando, estou mostrando documentos. E o que queremos e, particularmente, o que eu penso? Eu penso, sim, que tem que se fazer um estudo e que, de uma forma ou de outra, temos que ajudar a regulamentar essa situação. O que não pode é um homem achar que está acima do bem e do mal, grampear quem quer que seja, e pior, quando vem alguém querer discutir o assunto, ainda mandar ameaças.

Que bom que hoje nós temos a TV Assembléia, para que esse Juiz saiba que agora vamos saber quem tem razão. Não tenho medo, pois sei que tenho razão.

A CPI Nacional, com esses documentos, deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça e, aí sim, pedir o afastamento temporário desse Juiz, até que possa apurar os fatos. Espero que a CPI Nacional consiga que o Conselho Nacional tome uma atitude, porque o Paraná está vivendo momentos perigosos, policialescos.

Tenho equilíbrio e entendimento que esse assunto é mexer em espinheiro. Mas como começando a minha vida, tenho idade de sobra para aprender, lutar, para trabalhar e não vou fugir e, muito menos, correr de ameaça de um homem que tem a toga de Juiz.

Quero reafirmar o meu respeito pelo Judiciário. O próprio Judiciário reformulou as atitudes desse Juiz. Mas não basta só reformular, tem que afastar. Temos que saber a quem ele está servindo. Por que ele grava tanta gente? Por que, hoje, o Paraná é o segundo estado que mais tem pedido de gravação judicial? E o pior, ele é mal preparado. Vamos ter a coragem de mostrar a público o que esse Juiz está fazendo.

Sr. Presidente Nelson Justus, é bom termos, na sua gestão, a TV Assembléia, para que esse Juiz possa solicitar a fita e sentir a sinceridade de um Parlamentar que não teme ameaça.

Vou hoje notificar extrajudicialmente esse Juiz, para ver se ele é homem o suficiente em afirmar as ameaças que me fez. Ameaças essas que chegaram por recados para mim, de pessoas que se preocuparam com essas ameaças, inclusive, pessoas do próprio meio desse Juiz. Aliás, tem Juízes que trabalhavam ao seu redor e que preferiram se afastar desse cidadão.

Corro o risco de sofrer represália. Mas tenho convicções que meus colegas estarão do meu lado entendendo que estarei lutando por justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PSB/PRB/PV com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Teruo Kato, 1º e 2º Secretários nesta Sessão.

O que me traz a esta tribuna no dia de hoje, foi a reunião que tivemos pela manhã, da Comissão de Defesa de Direito da Criança, Adolescentes e Mulheres. No mês de novembro, tivemos 16 casos de violência contra crianças no Paraná. Quatro desses casos, as crianças foram brutalmente assassinadas. Esses casos começaram a ser veiculados na imprensa no dia 05 de novembro, quando uma família de indígenas encontrou o corpo de Raquel Moura de nove anos na rodoviária, vítima de estrangulamento e estupro. E agora, do dia 05 ao dia 16, em 11 dias 16 crianças vítimas de violência.

Esta Casa tinha que solicitar e nós fizemos, chamamos a Secretária da Criança e da Juventude, a Dra. Telma Oliveira que prontamente nos atendeu e hoje esteve presente na reunião da Comissão.

Lá estavam presentes também com participação efetiva os Deputados: Ademar Traiano, Antonio Belinati, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson, Duílio Genari, Edson Strapasson. Também passaram por aquela Comissão a Deputada Cida Borghetti, Fernando Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, o Sr. Aramis Chagas Borges representando o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e o Prefeito de Paranaguá José Baka Filho.

Os Deputados que nomeiei primeiramente tiveram participação efetiva, embora tivéssemos feito o convite só na Sessão de ontem à tarde. Mesmo assim os Deputados remanejaram suas agendas e, priorizaram a participação na Comissão dando a seriedade que o tema tem.

A Dra. Telma esteve lá por mais de uma hora, fez uso da palavra e nos colocou as políticas públicas que envolvem a defesa dos direitos da criança e da proteção específica. E os Deputados também com a sua participação efetiva, fizeram várias sugestões para o enfrentamento desse problema.

A Dra. Telma falou de toda política que o Governo do Estado, tem tentado implementar na construção efetiva de uma rede de proteção as nossas crianças.

É impressionante com é que, quando essas coisas vêm à tona começamos ir atrás de dados e o que encontramos é aterrorizante, na verdade.

Só em Curitiba o número de agressões registradas chega a mais de 500 por ano. É o equivalente a uma criança vítima de abuso a cada 16 horas. E se estendermos essa estatística para todo o Paraná, temos uma criança vítima de abuso, de violência a cada 6 horas. E para mostrar que o cenário realmente é de terror, sabemos que para cada caso notificado, temos, no mínimo, mais 20 casos que não são registrados e que não chegam à Justiça.

Então, é preciso que façamos realmente alguma coisa, é preciso que esta Casa vá ao encontro, se some aos demais setores organizados da sociedade e realmente proporcionar que isto não ocorra mais.

Poderíamos ter optado por chamar o Secretário da Segurança Pública ou fazer um requerimento inquirindo sobre a punição dos culpados, sobre a elucidação dos casos de assassinato, mas não. Mais do que isto, o que a nossa Comissão quer, na verdade, é que tenhamos

políticas capazes de fazer com que esses casos sejam prevenidos, que a violência não aconteça. E é possível, sim, termos políticas que vão ao encontro rápido de fazer com que isso não aconteça.

Foram muitas as sugestões: o Deputado Traiano na reunião falou sobre um projeto dele que foi vetado pelo Governador, onde ele queria colocar nas escolas urnas para que proporcionassem às próprias crianças poderem de forma anônima denunciar os casos de violência que porventura pudessem ser vítimas, falou sobre a necessidade de publicar, de deixar claro para as pessoas que o 181 hoje não é somente para narcotráfico, é também para denúncias de violência contra crianças; o Deputado Reni Pereira cobrou uma força-tarefa de enfrentamento efetivo para dar uma resposta à mídia, a sociedade com relação a elucidação dos casos; o Deputado Praczyk falou do uso da internet como meio de divulgação e de prevenir casos de violência contra as crianças - cobrou também da mídia que possamos fazer via TV SINAL, via TV Educativa, pelas publicitárias e levar para a sociedade como prevenir casos de violência contra crianças e o Deputado Elio Rusch teve uma participação efetiva também, falou que temos que investir na estruturação da família, na educação, na consciência - e sugeriu também a Secretária que as faturas da SANEPAR e da COPEL sirvam de veículos de comunicação na prevenção da violência contra a criança.

Precisamos convencer e conscientizar toda a sociedade, são as palavras do Deputado Elio Rusch. O Deputado Belinati propôs a criação da Secretaria antipedofilia, fez uso da palavra de uma forma incisiva, cobrou uma punição exemplar dos culpados e, inclusive, já se pronunciou naquela tribuna prevendo a criação dessa Secretaria.

O Deputado Strapasson também fez uso da palavra e foi efetivo até para dizer do papel relevante que tem que ter o Conselho Tutelar, mas também saber diferenciar o que é agressão contra crianças, do que é impunidade, do papel do Conselho Tutelar, essa coisa toda.

A Dra. Telma falou da necessidade e da lei que pode tramitar pedindo um regulamento, alguma coisa que unifique, pelo menos, as eleições dos Conselheiros Tutelares de todos os 399 municípios do estado do Paraná para que a própria Secretaria, o Ministério Público possam estar capacitando esses Conselheiros de uma única vez em todos os estados.

Foi uma cobrança nossa a situação dos Conselheiros Tutelares. Muitas vezes os Conselheiros estão lá, além de lhes faltar competência técnica, muitas vezes lhe falta o dom, o dom do trabalho junto à criança.

Então, temos que rever como é que os Conselhos são criados. Sabemos que têm força legal, mas temos situações em alguns municípios que não conseguimos fazer com que o Conselho Tutelar desempenhe seu papel.

Enfim, foi uma reunião bastante importante, foi uma reunião muito produtiva. Estaremos elaborando o relatório final deste encontro de hoje, Presidente, e estaremos encaminhando à Mesa o relatório final bem como aos demais Deputados e às autoridades pertinentes para

que, juntos, realmente tenhamos uma força-tarefa de enfrentamento a esta situação tão triste que vivemos neste novembro, que eu estou chamando de um novembro tenebroso para nossas crianças, novembro que nós queremos que nunca mais se repita.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Era essa a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Romanelli, no horário da Liderança do Governo.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria nesta tarde dizer que estou estarrecido, com a desfaçatez das concessionárias de pedágio no estado do Paraná, pois acreditem, elas acabaram de protocolar esta semana, e hoje eu consegui os documentos, de protocolar um pedido de reajuste médio de 10% na tarifa do pedágio no estado do Paraná. A Rodovia das Cataratas, lá na região oeste, sabem quanto eles pediram? Dezoito por cento de reajuste, Vereadora Rosa Campos, 18%. O fato é que esta gente perdeu completamente o escrúpulo! Faz seis anos que o Governo nega, o DER nega a homologação do aumento pretendido e vai negar de novo, com base nas ações judiciais que temos, que questionam o malfadado acordo feito nos anos de 2000 e 2002, quando o Governo anterior fez dois termos aditivos que concedeu degraus tarifários, por conta é claro, daquele período em 1998, quando para ganhar as eleições o ex-Governador Jaime Lerner reduziu, por decreto, de forma unilateral a tarifa em 50%. Com isso foi criado um enorme passivo, o Governo depois fez um faz-de-conta, foi à Justiça e nós, sociedade paranaense, estamos hoje pagando o pedágio mais caro do Brasil.

Deputado Teruo, V. Exa. para sair de Paranavaí e vir até Curitiba, paga sete pedágios e vai aumentar, em média, 10% o pedágio. O Deputado Elio Rusch, que gosta do pedágio, não estou provocando V. Exa., estou dizendo que V. Exa. gosta do pedágio no sentido de defender o pedágio, imagine Deputado Elio Rusch, para sair de Marechal Cândido Rondon e vir a Curitiba o senhor vai ter que pagar 18% a mais. Imaginem, aqui, vejam que loucura que é essa questão. Estou falando porque esta Casa não pode passivamente suportar essa ofensa à cidadania neste estado.

Veja o exemplo dessa Ecovia, que é a rodovia que vai para as praias, a BR-277. Sabe para quanto que vai, para um automóvel, esse pedágio? Doze reais e cinquenta centavos! E para um caminhão de seis eixos, sabe quanto uma carreta que transporta 27 mil e 500 toneladas de soja para o porto de Paranaguá vai pagar? Sessenta e três reais. Só em um pedágio. O mais surrealista disso tudo é que o

Governo Federal fez uma licitação e vai colocar cinco pedágio daqui para São Paulo, mais quatro pedágios daqui a Florianópolis. Sabe quanto vai custar cada um desses pedágios do Governo Federal? Pasmem, nem 10% do valor da tarifa da Ecovia. Esse pedágio vai custar R\$ 1,10, R\$ 1,20, R\$ 1,30 no máximo. E algumas dessas praças da OHL vão custar 10% do valor da tarifa da Ecovia. Já arrecadaram R\$ 7 bilhões nesses 10 anos de concessão.

As pessoas perderam a capacidade de se indignar. Todo mundo reclama de tudo, aqui. Tenho visto Parlamentares, com uma valentia enorme irem à tribuna protestar contra a reforma tributária que quer reduzir o preço dos produtos dos trabalhadores das classes C, D e E. Mas é interessante, não vejo ninguém ir à tribuna protestar contra o reajuste do pedágio no estado do Paraná. Não vejo isso. Por que não vejo isso? Porque certamente quem apoiou a implantação do pedágio não tem coragem de protestar contra os 18% que a Rodovia das Cataratas quer cobrar a mais dos agricultores da região oeste. Pena dos agricultores da região oeste, que vão ter que pagar 18% a mais de reajuste da tarifa do pedágio. Nós que somos londrinenses, quem vem de Londrina tem que enfrentar os cinco pedágios que a Rodonorte tem. Vai ter que pagar 10% de reajuste a tarifa porque, infelizmente, o DER já negou. Está aqui, assinado pelo Diretor Geral do DER e Secretário dos Transportes Rogério Tizzot, negando o reajuste tarifário pretendido e demonstrando porque que nega.

Mas infelizmente sabemos, o que vai acontecer? As concessionárias nem tomam mais satisfação disso aqui. Eles pegam esse documento aqui, contrataram o escritório do Dr. Romeu Felipe Bacelar ou do Dr. Marçal Justen Filho, contratam o escritório, preparam belíssimas peças do ponto de vista jurídico e vão visitar os Juízes e Juízas Federais do Paraná, porque infelizmente eles colocaram a competência, a concessão é do estado. Mas aí alegam: as rodovias foram delegadas pela união, tem o DNIT, tem a ANTT neste tema.

Então, a competência é da Justiça Federal, vão procurar os Juízes e Juízas federais. Falam: “Coitadinhos de nós, este Governo opressor do Paraná não quer dar reajuste para nós. Nós, coitadinhos, estamos fazendo investimentos, 7 bilhões de receita em 10 anos”. Só 500 quilômetros de rodovias duplicadas, que já existiam. Não construíram nada, a Rodovia do Café tem trechos que não têm ainda nem acostamento. Rodovia que tinha que ter sido duplicada e não foi. Mas infelizmente, sabemos, tem muita gente que apóia o pedágio no Paraná. Tem muita gente. Não são os caminhoneiros, não são os transportadores de carga, muito menos os vendedores, os comerciantes. Deputado Dobrandino, nós sabemos quem que apóia, não é? Quem apóia são aqueles que são beneficiados, aqueles que têm, na verdade, uma amizade muito íntima com os empreiteiros que são donos das concessionárias, que fazem o que querem com esse contrato.

Olha, quero pedir o seguinte: pelo amor de Deus, Juízes e Juízas Federais do Paraná, tenham peno do povo paranaense, porque pagar por uma carreta de seis eixos, que traz a safra lá do oeste paranaense, de Marechal Cândido Rondon, vou calcular amanhã, quando vai custar à uma carreta de 27 mil e 500 quilos para sair ou de Toledo, ou de Marechal Cândido Rondon e chegar em Paranaguá. Só aqui em Paranaguá o carreteiro vai ter que pagar R\$ 63 por uma carreta de seis eixos. Imagina, ele vai gastar muito mais em pedágio, mas muitos mais pedágio do que gasta em óleo diesel! Ninguém reclama! Está tudo bem! Fica por isso mesmo! Tornou-se normal, acha-se que é normal essas empreiteiras faturarem o que faturam.

Olha, sinceramente, deve ter muita gente que gosta do pedágio. Eu espero, há Juízes Federais neste estado, como o Dr. Mauro Spalding de Jacarezinho, sei que incomoda muita gente eu falar aqui contra o pedágio. É aquela velha história que eu tenho dito aqui: a gente pisa no rabo do gato e fica vendo aonde o gato mia. No caso do pedágio, como tem gato miando, como tem gato miando!

O fato concreto, Deputado Plauto, é que o Juiz Mauro Spalding, corajoso, Juiz Federal, fechou a praça de pedágio de Jacarezinho, já está lá há 25 dias fechada a praça. Os donos da Econorte acho que já estão meio tristes, porque já perderam R\$ 5 milhões de receita esse mês. Dói no bolso, não é? Imagine a tristeza de deixar de arrecadar R\$ 5 milhões, porque fizeram de fato um conluio e daí transferiram o local da praça. Tem seis praças de pedágio no Paraná que também padecem do mesmo mal daquela praça de pedágio.

Há uma luta muito grande que tem que ser travada. Temos que reconhecer o seguinte: imagina o que vai acontecer nesse estado se numa hora ou outra um Juiz Federal resolva pedir uma prestação de contas, para essas concessionárias de pedágio. Resolva verificar essas ações que estão aqui, como na 2ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, que peguem essas ações e identifiquem de forma clara e objetiva o quanto que essa gente já lucrou em cima do trabalho, da luta, do sacrifício do povo paranaense.

Mas, em cada cidade desse estado tem gente indignada, que não suporta mais pagar o preço do pedágio. Ainda continuamos impedidos lamentavelmente de protestar. Espero que os Desembargadores Federais, o TRF-4 possam também atuar. Há muitos Desembargadores Federais firmes, que estão com coragem, que estão dispostos a enfrentar o poder econômico dos donos das concessionárias. Tanto os que são donos das daqui do Paraná, como os que são donos dos pedágios do Rio Grande do Sul, porque também lá o povo rio-grandense está massacrado. Basta ver o quanto temos visto este povo sofrer, por conta deste pedágio elevado.

Por isso, companheiros, quero dizer a todos: esta é uma luta que tem que ser travada. Gostaria muito de ver alguns, aqui, dos Líderes, que com veemência vão àquela tribuna e protestam, protestam! Mas eu não vi.

Lamento não ter visto alguns Parlamentares protestando. E gostaria que cada um escrevesse para o seu Deputado, quem mandasse um e-mail e pedisse atitude para o seu Deputado. Porque esta é uma luta que tem que se travada por todos. Não é uma luta para ser travada de forma solitária. É necessário ter coragem e enfrentar estas concessionárias poderosas, donas dos pedágios, que compram opiniões, gastam dinheiro em propagandas. É impressionante o que eles compram opiniões, lamentavelmente, em muitos setores.

Hoje, ainda fui na Rede Massa, na hora do almoço, com o Robson Silva, que tem um programa, eu falava: Robson Silva, você é uma exceção aqui na Tribuna TV, você é uma exceção porque efetivamente são poucos os que têm coragem de protestar. E muitos que se manifestam o fazem no sentido de dizer: “Não que coisa maravilhosa que é o pedágio, o povo tem que pagar esta conta, mesmo, o pedágio está baratinho”.

Ou seja, a propaganda, sabemos, engana as pessoas e quando é feita inclusive por pessoas que formam opinião, dizem: “Não, no pedágio está tudo bem, tem os contratos, os contratos são maravilhosos!” Ora! Os contratos que estão em vigência são dois aditivos feitos na calada da noite, homologados pelo Governo anterior, que criou - como agora - 18% de reajuste. Que dó que eu tenho do povo do oeste paranaense. Imagina, o caminhoneiro de uma carreira de seis eixos, vai sair de Foz do Iguaçu e vai pagar R\$ 462. Imagino que deste dinheiro todo, aqui, vai ficar uma parte para alguém no meio do caminho, porque certamente alguém vai ficar muito feliz com este reajuste que está sendo, mais uma vez, pedido e eles fazem o que querem, porque infelizmente os contratos parecer que são sagrados. Os contratos estão blindados. Infelizmente, não conseguimos alterar este estado de coisas.

Por isso, quando as pessoas reagem, protestam, eles ainda querem pegar as pessoas, puxar suas orelhas, como se elas estivessem cometendo um crime. A verdade, concluindo, dizendo que é um direito das pessoas se manifestarem ou prepararem as manifestações, se organizarem e lutarem contra a tarifa abusiva, porque sinceramente é uma desfaçatez o povo do Paraná ter que pagar esta roubalheira, que beneficia empreiteiro e os amigos, os amigos íntimos dos empreiteiros, donos das concessionárias de pedágio.

Eu não me dobro. Nunca vou ceder. Vou estar sempre aqui, protestando, e fazendo tudo o que eu puder para poder acabar com esta roubalheira contra o povo paranaense e brasileiro.

Era isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, no horário destinado à Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, a quem concedemos a palavra.

## ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quase pedi ao Líder da Oposição para que pudesse falar, e antes de começar, quero deixar claro que vamos fazer um raciocínio sobre a história do pedágio. Não é a questão de ser contra ou a favor, mas vamos analisar! Vocês acham que um advogado, que é candidato ao Governador, ao fazer uma proposta, ele tem que ter conhecimento de um contrato? Tem que ter. O então Governador Roberto Requião, na sua campanha, não na última, mas na anterior, foi à televisão conhecendo os contratos e disse aos paranaenses: “O pedágio do Paraná baixa ou acaba”. Ele ganhou a eleição. Aí, veio a próxima eleição, que ele ganhou com 10 mil votos, quando o baixa ou acaba ficou engavetado, mas vieram os Caminhos da Liberdade, que ele iria construir rodovias alternativas para desviar essa roubalheira do pedágio. E novamente ele venceu as eleições. Temos que dar a mão à palmatória: ele conseguiu duas eleições em cima de uma inverdade. E por quê?

Quando ele disse que baixava ou acabava o pedágio, ele tinha conhecimento, porque votou no Senado da República a autorização para as concessões das rodovias. Ele tinha conhecimento e esqueceu. E agora, na última eleição, ele prometeu os Caminhos da Liberdade, caminhos alternativos, e inclusive outro dia questionei o Líder do Governo para que me convidasse para uma inauguração, porque eu queria participar de uma inauguração desses caminhos alternativos. É a mesma história dos hospitais! Aí, Deputado Romanelli, V. Exa, me retira do silêncio, porque nunca vi nada mais teatral do que o discurso de V. Exa. daquela tribuna. V. Exa. pode ser contratado, sim, pela Rede Globo, porque quando faz o seu pronunciamento da tribuna, sabe que o seu Governador não disse à população o que rezava no contrato.

Quanto à questão de discutir o pedágio, Deputado Romanelli, é o mesmo que discutir o salário dos servidores públicos.” Ah, você é a favor do aumento dos servidores públicos”? Eu sou e todo mundo é. E quanto? Dez por cento ou 20%? Quanto mais, melhor! É o mesmo do que o pedágio: quem é a favor do pedágio? Ninguém é a favor do pedágio. Agora, não podemos deixar passar em branco, porque quem subiu na tribuna neste momento foi o Líder do Governador que prometeu baixar ou acabar o pedágio, ou construir os caminhos alternativos para desviar as praças de pedágio.

Isso tem que ficar registrado, porque o mesmo ouvinte da TV Assembléia ouviu o Líder do Governo, mas tem que dizer que esse Líder do Governo tem conhecimento dos compromissos de um candidato a Governador que venceu as eleições e tinha tudo na mão para cumprir as suas promessas. Primeiro, ou baixar ou acabar. Se juridicamente isso não é possível, enganou a população, porque ele conhecia os contratos. Aí, na

segunda eleição, prometeu os caminhos alternativos da liberdade. Mas é o caminho alternativo, o pedágio está aqui, eu construo uma rodovia por lá. Na verdade, foi isso que ele quis dizer. Qual é a rodovia que está sendo construída? Aonde? Quando vai ser inaugurada? Já está em final de Governo, já está tipo velório este Governo e nós não marcamos uma inauguração!

Olha, Deputado Jocelito, espero que esse hospital de Ponta Grossa termine, porque eu quero ir à inauguração dele, porque quanto tempo faz que foi prometido o hospital? Em 2006 era para estar pronto, e agora já estamos quase no final de 2008.

Então, há de se dizer ao Líder do Governo, com todas as letras: não vamos fazer teatro, vamos cumprir os nossos compromissos. Eu estarei batendo palma, Deputado Belinati, o dia em que inaugurarem o primeiro Caminho da Liberdade, a primeira alternativa para o pedágio, porque foi prometido. Quem promete que tem que ter a responsabilidade de cumprir.

### **O Sr. Plauto Miró (DEM)**

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, o senhor vem esclarecer o teatro que o Líder do Governo fez nesta Casa. A concepção da criação do pedágio começou lá em Governos anteriores, até mesmo lá no começo da década de 90, quando o atual Governador estava como Governador pela primeira vez. Mas quero lembrar mais, no ano de 2002 o Requião venceu as eleições com o chavão do pedágio baixa ou acaba, para resolver o problema do pedágio. O povo deu a ele o mandato, deu a ele a caneta, e até hoje, eu não sei o porquê, ele não resolveu o problema, Deputado Rossoni. Até é um tanto quanto estranho, porque ele tem a condição, ele tem a caneta, ele é o Governador do Estado do Paraná e, repito, foi eleito para resolver esse problema: não sei o porquê ele não quer resolver esse problema, várias opções e caminhos a ele foram dados. E só para lembrar o Líder do Governo, que ele falou aqui da concessão das Cataratas que vai subir uma barbaridade, 18%.

Não estou aqui defendendo concessionária nenhuma, mas acho que o preço do pedágio tem que ser um preço justo para o usuário e também, para o serviço que a concessionária presta. Mas, no começo do segundo mandato do Requião ele diminuiu o valor da tarifa do pedágio da rodovia das Cataratas em 50%, e para fazer isso ele, Requião, assumiu compromissos por fazer. Infelizmente, não cumpriu os compromissos e o valor da tarifa acabou subindo, muito mais do que aquele que era cobrado lá no Governo anterior. Deputado Rossoni, falta a vontade do Governador Requião para resolver o problema, se ele quiser ele resolve, eu não sei o porquê que até hoje ele não resolveu.

Obrigado.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Rossoni, parabenizá-lo pelo pronunciamento. Mas, estava ouvindo o Deputado Romanelli e fiquei lembrando de uma história que era o seguinte: “O médico conseguiu criar dois filhos tratando de uma pessoa. Ele cuidava do problema de saúde daquela pessoa, de repente conseguiu formar dois filhos médicos. E o primeiro desses filhos foi lá tratar o problema de saúde daquela pessoa, já com determinada idade, e num passe de mágica resolveu o problema, e veio falar para o seu pai: Olha meu pai, consegui resolver o problema daquela pessoa. Ele pegou e disse: Olha meu filho, com aquele problema eu consegui fazer as duas faculdades, a sua e a do seu irmão”. Me parece que o Governo Requião está na mesma situação com o Paraná. Para que resolver o problema do pedágio? É melhor ficar na discussão, ficar bravo quando ele aumenta, mas por outro lado: “Eu entro na Justiça, que não resolve”. Então, o pedágio baixou, o pedágio não acabou e o povo do Paraná é que pagou a conta, e vai pagar muito mais ainda quando perder essas ações na Justiça.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

V. Exa. foi perfeito quando diz: sobre na tribuna porque eles sabem que não vão resolver; prometem e não vão cumprir, e na madrugada e na madrugada tomar o vinho mais caro do Brasil, do mundo, do Paraná, com os donos das concessionárias.

***Passa a usar o horário da Liderança do PSDB***

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

**O Sr. Reni Pereira (PSB)**

V. Exa. quando conta a história que o povo do Paraná acompanha e sente no bolso todos os dias quando passa uma praça de pedágio, V. Exa. traz à luz para esta Assembléia, aos telespectadores, os fatos que ocorrem.

O Deputado Douglas Fabrício e V. Exa. e outros que lhe apartearam falaram do teatro, na verdade é uma novela que temos as cenas dos próximos capítulos previsíveis. Provavelmente, ingressa-se na Justiça, invadem praças de pedágios e, provavelmente, daqui a cinco, seis dias o aumento seja implantado.

Então, essa novela dá audiência. O Deputado Douglas Fabrício foi muito feliz no seu aparte em dizer que, realmente, é uma novela que dá audiência e muitas vezes tira a atenção do noticiário real do estado do Paraná, que é enfrentar de frente alguns problemas bem mais graves que esse.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

É uma novela que poderia ser denominada Faz de Conta. Faz de conta que eu quero que baixe; mas, não baixe. Faz de conta que eu construo os caminhos da liberdade; e não construo. É uma novela do Faz de Conta. E aí se ficarmos calados, o Líder do Governo é capaz de subir à tribuna e fazer o pronunciamento que ele fez como se não tivéssemos conhecimento da realidade.

Concedo um aparte ao Deputado Belinati.

**O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Deputado Rossoni, essa polêmica de subir ou não subir o pedágio, de quem é a culpa, de quem não é a culpa, acho que isso poderia acabar se a Bancada do Governo nesta Casa nos ajudasse, aprovando um projeto de minha autoria, projeto feijão com arroz. O que diz o meu projeto? Toda a tarifa pública, para ser reajustada, teria que passar pelo crivo, pela apreciação desta Casa.

Por exemplo, a COPEL quer aumentar a tarifa de energia elétrica. Se o nosso projeto fosse aprovado e transformado em lei, a direção da COPEL teria que mandar planilha para esta Casa e nós, os Parlamentares, botaríamos a cara para o povo conhecer a posição de cada um. E cada Deputado iria dizer qual é o tipo de aumento, qual é o índice de aumento para dar ou não dar, ou se não tinha que dar aumento nenhum.

A mesma coisa o projeto estabelece em se tratando do reajuste da tarifa da SANEPAR e pega, na rabeira, a tarifa do pedágio. Ou seja, o que eu pretendi com o meu projeto e pretendo? Em respeito ao povo que não tem aumento e salário, ao aposentado que está aí em uma miséria, essa crise mundial, nenhuma tarifa pública poderia subir no Paraná sem ser aprovada por esta Casa. Daí sim, cada Deputado, ficaria na memória do povo se ele ferrou, se ele votou contra, se ele votou a favor do nosso povo, se ele votou a favor ou contra o aumento da tarifa.

Era isso que eu gostaria de pedir, que o nosso projeto fosse aprovado.

Obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Obrigado, Deputado Belinati.

A grande verdade é a seguinte: temos que reconhecer os nossos erros. Outro dia, aqui, em um aparte na questão do BANESTADO, fiz um depoimento que não me arrependo, eu reconheço os erros que cometo. Mas, o Líder do Governo tem que ter o cuidado de não menosprezar a inteligência do povo paranaense. O povo paranaense sabe muito bem o que foi prometido para ele.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

A pedido do Deputado Professor Luizão, esta Presidência quer dar as boas-vindas à Vereadora reeleita em Pinhais, Ivone, do PT. Seja muito bem-vinda a esta Casa.



## **Ordem do Dia:**

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Mensagem nº 039/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei estabelecendo que o salário dos professores do ensino fundamental no âmbito da administração estadual, não poderá ser inferior a R\$ 1.392,00 (um mil, trezentos e noventa e dois reais), para o exercício de 40 (quarenta) horas semanais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 069/08, subscrito pelo Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, comunicando que estará em viagem particular ao exterior, no período de 25/11/08 a 01/12/08, justificando assim sua ausência em plenário, como também nas demais reuniões desta Casa Legislativa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, comunicando sua ausência em plenário nos dias 01, 10 e 23/04/08, devido a compromissos da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 391/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, o restabelecimento da aposentadoria dos policiais civis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 392/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a aquisição de 01 (um) aparelho de laboratório de análises clínicas, para o pronto-socorro do município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 393/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a aquisição de 01 (um) aparelho de Raio-X, para o pronto-socorro do município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 394/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (um) ônibus escolar para o município de Jussara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 395/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor do Departamento

de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito para o município de Amaporã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 396/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito para o município de Inajá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 397/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito para o município de Itaúna do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 398/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito para o município de Diamante do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 399/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN a instalação de sinalizações de trânsito para o município de Guairaçá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 400/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância para o município de Contenda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 401/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo a Sra. Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Governador do Estado, a doação de um ônibus escolar para o município de Santa Fé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## 1ª Discussão (Votação em)

### ITEM 01

#### VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato, que dispõe sobre a recuperação e o manejo sustentável da reserva legal no estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

## Redação Final

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 411/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual, a Associação de Proteção dos Animais, no Meio Ambiente e do Direito Humano, com sede e foro no município de Guaíra. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/08, de 15/10/08, em Projetos de Lei).**

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 014/08, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, que cria a Frente Interparlamentar Paraná - TUCUMÁN, estabelecendo parceria entre a Assembléia Legislativa do Paraná e a Honorable Legislatura de Tucumán (Argentina). **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/08, de 08/07/08, em Projetos de Resolução).**

## 2ª Discussão

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que denomina contorno Pedro Marioto, o contorno sul, localizado no município de Jaguapitã. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Sensibilizar - ASSEN, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/08, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2008, Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe sobre a instituição do Barreado como prato tipicamente paranaense artesanal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/08, de 05/08/08, em Projetos de Lei)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 333/08

#### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Caíto Quintana tem como escopo instituir o Barreado como prato tipicamente paranaense.

Dentro deste contexto resta saber se o projeto de lei proposto pelo nobre Deputado atende os pressupostos da constitucionalidade das leis, sua legalidade, e atende os dispositivos da Lei Federal nº 095/98 que estabelece o regramento da boa técnica legislativa.

De se observar de início que a matéria estampada no presente projeto não encontra nenhuma vedação constitucional nem de lei federal muito menos lei já existente sendo portanto factível a sua tramitação nesta Casa de Leis.

#### Fundamentação

Segundo dicção do artigo 215, parágrafo 1º, II, 216, II, parágrafo 1º, da Constituição Federal, a valorização da cultura nacional é um prato cheio inserido no cardápio constitucional das inúmeras atividades inerentes à nossa cultura de tal sorte que o constituinte autorizou a fixação de datas ou a distinção de feitos e tradições culturais por meio de iniciativa legislativa, que assim dispõe:

*Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

*§ 1º - O estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.* (grifei)

(...)

*II - produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 048, de 2005).*

(...)

*Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:* (grifei)

(...)

*II - os modos de criar, fazer e viver;*

(...)

*§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.*

(...)

Igualmente a Constituição Estadual de forma correlata estabeleceu parâmetros para regulamentar os assuntos atinentes a cultura, prevendo recursos no orçamento do estado para o desenvolvimento cultural, *literis*:

(...)

*Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.*

(...)

*Art. 191. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do estado, com a cooperação da comunidade.*

*Parágrafo Único. Cabe ao Poder Público manter, a nível estadual e municipal, órgão ou serviço de gestão, preservação e pesquisa relativo ao patrimônio cultural paranaense, através da comunidade ou em seu nome.*

(...)

*II - assegurar tratamento especial à difusão da cultura paranaense.*

*Art. 196. O orçamento estadual destinará recursos compatíveis com o desenvolvimento das atividades culturais e artísticas.*

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembleia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, do Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Ora a função precípua da Assembleia Legislativa é legislar e o artigo 53 da nossa Constituição Estadual confere esse poder a ela sobre matérias de mesma natureza do Poder Executivo ao legislador definir que a Assembleia pode dispor sobre a criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado, no caso focado, *literis*:

*Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.*

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que fixa as matérias de competência privativa do estado não veda a iniciativa da Assembleia Legislativa em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente com o estado membro e o Executivo Federal prevista no artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da CF.

Tanto a Constituição Estadual quanto a Federal contém permissivo para que a Assembleia possa legislar matérias que não sejam vedadas pelas constituições, *literis*:

(...)

*“Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observadas os princípios dessa Constituição.*

*§ 1º - São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.”*

(...)

### **Da legitimidade e legalidade**

Não havendo nenhum óbice ao andamento do presente projeto de lei nesta Casa e sendo a matéria de cunho eminentemente sócio-cultural de interesse público estadual e estando o projeto em consonância com as diretrizes da boa técnica de elaboração das leis, neste pensar torna-se imperativo a sua tramitação regimental para análise de mérito no parlamento.

### **No mérito**

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional. O projeto do nobre Deputado Caíto Quintana está enquadrado dentro dos critérios de constitucionalidade, legalidade e da boa-técnica legislativa.

Considerando-se, portanto que a Constituição Estadual, neste caso, por exclusão, não criou vedação ao Legislativo Estadual, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal atribuiu competência concorrente ao estado-membro, a Assembleia Legislativa por seus membros pode valer-se dessa prerrogativa para dispor e legislar matéria comum ou concorrente.

### **Conclusão**

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,  
TURISMO E MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº333/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 333/08 de autoria do Deputado Caíto Quintana, dispõe sobre a instituição do barreado como prato tipicamente paranaense artesanal.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois o barre-ado, no folclore do litoral paranaense, é símbolo da far-tura, festa e alegria. Sua história faz parte da história do estado do Paraná, bem como da influência da miscigena-ção.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

TERUO KATO - Relator

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/08, de autoria dos Deputados Durval Amaral e Nelson Justus, que con-cede o título de Cidadão Benemérito ao Dr. Clemerson Merlin Clève. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 111/08, de 15/09/08, em Projetos de Lei).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 385/08

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria dos Deputados Durval Amaral e Deputado Nelson Justus, que concede o título de Cidadão Benemérito ao Dr. Clemerson Merlin Clève.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, esta-dos e Distrito Federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de cidadão honorário ou benemérito, a sua escolha, por legislatura.*

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimen-tal, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Votação nominal.

Está em votação.

Encerrada a votação.

Trinta e cinco Deputados presentes e 34 votaram SIM. Está **aprovado**.

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/08, objetiva que não serão computados nos limites estipulados na Lei nº 15750, os créditos suplementares até o limite de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). COM PARECER DA CCJ. (Publ. no DA nº 127/08, de 28/10/08, em Mensagens).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 443/08

#### P A R E C E R :

##### Do projeto de lei

O Projeto de Lei nº 443/08 de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo que não sejam computados nos limites estipulados pelo artigo 13 da Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, os créditos suplementares abertos aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e das Secretarias de Estado da Educa-ção e Saúde, até o limite de R\$ 400.000.000,00 (quatro-centos milhões de reais), necessários aos cumprimentos de determinações constitucionais e legais.

##### Competência e previsão legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que na matéria tratada é de iniciativa do Governador do Estado.

Os artigos 65 da Constituição do Estado do Paraná asseguram ao Governador de Estado, iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordi-nárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assem-bléia Legislativa, do Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.*

O artigo 133, inciso II e III c/c 134 da Constituição Estadual, demonstra que a matéria tratada é de iniciativa do Governador do Estado, devendo ser apreciado pela Assembléia Legislativa.

*Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*II - as diretrizes orçamentárias anuais;*

*III - os orçamentos anuais.*

*(...)*

*§ 6º A Lei de Orçamentária Anual compreenderá:*

*I - O orçamento fiscal, fixando as despesas refe-rentes aos poderes estaduais, seus fundos, órgãos e enti-dades da Administração Direta e Indireta, estimando as receitas do estado, efetivas e potenciais aqui incluídas as renúncias fiscais a qualquer título;*

*II - o orçamento próprio da Administração Indi-reta, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do estado e suas aplicações relativas às autarquias e às fundações;*

*Art. 134. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.*

Assim, fica demonstrado que a matéria apresentada neste projeto de lei, é de competência administrativa do Governador do Estado, uma vez que trata da não computação nos limites estipulados na Lei nº 15750, de 27/12/07, os créditos suplementares até o limite de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

O Governador do Estado tem competência privativa resguardada pelo artigo 87, incisos IV e XIX, da Constituição Estadual:

*Art. 87. Compete privativamente ao Governador:*

*IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;*

*XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizados pela Assembléia;*

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado pelo Governador, pois o mesmo tem prerrogativa e competência para a proposição de lei estadual, para realizar operações de crédito.

#### **Conclusão**

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Em discussão. Em votação.

#### **O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)**

Este projeto chegou hoje na Comissão de Finanças e, tendo em vista a urgência para que o Governo possa fazer os pagamentos devidos no mês de novembro, fizemos um acordo: que votássemos hoje em 1ª discussão e amanhã, na Comissão de Finanças, pudéssemos avaliar a questão financeira e somente após isso a entrada na pauta novamente.

Muito obrigado.

#### **A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Está em votação o item 09. **Aprovado. Portanto, o projeto será encaminhado à Comissão de Finanças.**

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a AJB - Associação João Bosco de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 127/08, de 28/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 446/08

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de Utilidade Pública Estadual a AJB - Associação João Bosco de Curitiba - Paraná, com sede e foro no município de Curitiba, estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que cria a Frente Parlamentar de Incentivo ao Turismo no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/08, de 20/08/08, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/08

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de resolução apresentado pelo Deputado Luiz Nishimori tem o objetivo de criar a Frente Parlamentar de Incentivo ao Turismo, com o objetivo de desenvolver e fortalecer programas de turismo no estado, de iniciativa pública ou privada. A frente terá caráter suprapartidário e sua constituição se dará pelo sistema de representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares, podendo-se constituir Comitês de Assessoramento Técnico, ficando vedada qualquer tipo de remuneração aos seus membros, diretores ou colaboradores.

#### **Fundamentação**

O objetivo do projeto de lei ora em análise é criar uma Frente Parlamentar interferindo no funcionamento interno da Casa de Leis.

Sobre as resoluções, a Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 73, que serão elaboradas na forma do Regimento Interno:

*Art. 73. As resoluções e decretos legislativos far-se-ão na forma do Regimento Interno.*

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa estabelece, em seu artigo 121, as hipóteses de cabimento de projetos de resolução:

*Art. 121. A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.*

(...)

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre as quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

*I - perda de mandato de Deputado;*

*II - matéria de natureza regimental;*

*III - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, não excedendo cinco em funcionamento;*

*IV - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;*

*V - declaração de procedências de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver convivência de seus Secretários de estado;*

*VI - contas do Governador;*

*VII - mudanças temporárias da sede da Assembléia;*

*VIII - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa,*

*IX - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;*

*X - delegação legislativa ao Governador;*

*XI - todo e qualquer ato de sua economia interna que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;*

*XII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. (grifo nosso)*

Assim, constatamos quem, apesar de não encontrar-se taxativamente elencada nas hipóteses previstas no Regimento Interno, a criação de uma Frente Parlamentar é matéria de caráter político e administrativo interno da Assembléia Legislativa, de acordo com o parágrafo 2º de seu artigo 121. Desta forma, o projeto de resolução é hábil para cuidar de tal matéria, encontrando respaldo legal no Regimento Interno da Casa e, portanto, sendo revestido de legalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de resolução em análise não encontra óbice algum na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração legislativa.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, tendo em vista a legalidade apontada no presente projeto de lei, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BUHRER - Relator

#### **COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL**

O Projeto de Resolução nº 016/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori, cria a Frente Parlamentar de Incentivo ao Turismo no Estado do Paraná.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente Projeto de Resolução é meritório, pois o estado do Paraná possui grande número de parques nacionais, alguns conhecidos internacionalmente, além das diversas praias. A Capital do Estado, Curitiba, tem pontos turísticos interessantes que merecem ser visitados, bem como muitas cidades interioranas.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

TERUO KATO - Relator

### **Requerimentos**

**A SRA. PRESIDNETE (Cida Borghetti)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 3198, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sra. Presidente, quero registrar que encaminhamos favoravelmente o requerimento, é uma solicitação feita e que de acordo com o Juiz de conveniência dele, poderá ou não atender o pleito do Parlamentar.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Requerimento nº 3220, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sra. Presidente, sobre a questão dos precatórios, penso o seguinte: quero encaminhar favoravelmente a esse requerimento. Mas eu estava lendo o requerimento, Deputado Jocelito, depois que V. Exa. conversou comigo, não tenho dúvida que para coletar todas as informações que V. Exa. requer nesse pedido de informação, haverá um tempo aqui. Deverá ser cotejado com dados do próprio Poder Judiciário e essas informações aqui não são simples, porque se remete até 2001. Então, se houver atraso, no prazo constitucional de 30 dias, V. Exa. há de compreender que, em função da abrangência das informações requeridas, certamente vai se ultrapassar esse prazo.

Quero encaminhar favoravelmente, mas que se tenha consciência aqui nesta Casa, que as notas taquigráficas registrem que haverá de se ter uma flexibilização em função da complexidade das informações requeridas.

Creio que as informações requeridas são interessantes e que elas, vão, inclusive, esclarecer muitas dessas lendas que se cria em relação à questão dos precatórios. Encaminho favoravelmente, única e exclusivamente fazendo esse adendo em relação ao prazo, para que depois não haja uma cobrança do prazo.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Para encaminhar, Sra. Presidente.

**(Assentimento)**

Acho que o Deputado Romanelli tem razão. Realmente é um requerimento com muita profundidade e esse requerimento vai mostrar tudo o que queremos saber, se são verdadeiras algumas informações sobre os precatórios.

Acho que é um dos requerimentos mais importantes apresentados neste Parlamento nos últimos tempos, em razão de nunca se mexer nessa “caixa preta” que são os precatórios no Paraná. Isso vem lá de trás. Acho que é muito boa essa informação. Diria que o Deputado Romanelli tem razão, aguardo as informações. E acho que essas informações poderão vir depois do recesso. Dá tempo do Governo encaminhar todos os documentos. Aguardo passar o recesso para receber essas informações.

Esse requerimento vai esclarecer muita coisa e, a partir de hoje, acho que vai deixar muita gente sem dormir. Por isso, vamos com calma, porque tem gente que não vai dormir.

Concordo plenamente e espero, após o recesso, para receber os documentos, porque são documentos que vão deixar o Paraná de cabelo em pé.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Encerrada a discussão. Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 3231, de autoria dos Deputados Antonio Belinati, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch e Ademair Traiano, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar favoravelmente já que, antecipando aqui a Liderança da Oposição, Deputado Elio Rusch e demais Deputados que subscreveram o presente requerimento de informações sobre a contratação de seguros, que inclusive, o requerimento vai até uma época que eu mesmo fui Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR.

Por isso, até porque pretende a Bancada da Oposição investigar o período em que fui Presidente da COHAPAR, e para demonstrar claramente que eu não tenho rabo preso com ninguém e que tenho, na verdade, absoluta transparência em todos os atos que pratiquei, quero encaminhar favoravelmente, porque todo esse tema aqui é sempre tratado com transparência, de acordo com a legislação estadual e federal em vigor, e que certamente também vai esclarecer o tema.

E eu, claro, como fui Presidente da COHAPAR durante o período a ser investigado, sinto-me absolutamente tranquilo, Deputado Plauto, de poder ser investigado por V. Exas., mas eu não sou acima da lei e do Regimento, e me submeto aqui, encaminho favoravelmente à aprovação do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Encerrada a discussão. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 3303, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, com apoio dos Deputados Plauto Miró, Elio Rusch e Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, requerimentos de pedidos de informações, quero dizer a V. Exa. que faço questão de encaminhá-los, por conta que desde o ano passado temos travado uma discussão sobre esse tema, e eu fiz

um acordo com a minha bancada e nós só vamos rejeitar requerimentos que forem sabidamente, Deputado Waldyr Pugliesi, para poder promover desgaste político.

Mas entendo, Sra. Presidente, que encaminhamos favoravelmente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 3331, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Srs. Deputados, quero dizer o seguinte: tenho pelo Deputado Plauto o maior respeito, mas quero dizer o seguinte, que tenho uma preocupação muito grande quando fulanizamos um requerimento de pedido de informações. Por quê? Porque estamos pedindo aqui especificamente sobre uma concessão, sobre determinada empresa, no caso aqui a empresa Expresso Nordeste Ltda., e eu entendo que a Casa, até o Deputado Plauto, poderia e deveria fazer um pedido de informações, todas as concessões, autorizações, permissões e outros “que tais” que nós tenhamos em relação ao transporte intermunicipal, interestadual de passageiros no estado do Paraná, até porque sabemos, é um tema complexo.

Agora, entendo que há uma dúvida do ponto de vista legal, regimental, se é possível aprovar especificamente em relação a uma empresa. Só tenho essa dúvida, porque se V. Exa. não tivesse incluído o nome da empresa e falado do trecho da concessão, talvez pudéssemos obter o mesmo resultado, mas entendo que é anti-regimental fulanizar um pedido de informações.

Posso estar equivocado, se alguém puder me esclarecer eu me submeto a isso, mas é uma preocupação, que não é o seu caso, de forma nenhuma, mas uma pessoa poderá utilizar este expediente do requerimento de pedido de informações. Inclusive me levantei outro dia com o Deputado Jocelito, porque justamente envolvia um princípio igual a este aqui, no Parlamento podemos investigar tudo, analisar tudo, mas se fulanizarmos, parecerá que estamos nos dirigindo especificamente a um determinado sujeito. Posso estar equivocado, mas tenho essa percepção em relação aos direitos individuais e coletivos que todos nós somos portadores.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, as empresas que exploram o transporte dentro do estado do Paraná detém uma concessão pública que é dada pelo Governo do Estado. Mas o Líder do Governo cria essa dúvida, então retiro o requerimento da pauta e vou modificá-lo, tiro o nome da empresa e vou perguntar qual a empresa que detém a concessão desse trecho. Vou fazer isso para que não haja esse conflito de idéias dentro do plenário. Agora, deixar claro, todas as

empresas que fazem o transporte intermunicipal no estado do Paraná são empresas que têm uma concessão do Governo do Estado do Paraná e nós, Deputados temos o direito de fiscalizar e saber tudo sobre os trechos que estas empresas fazem o transporte.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)**

Acho que esta oportunidade do requerimento do Deputado Plauto enseja um debate bem maior do que apenas estes trechos. Quero pedir que o Deputado inclua o pedido para que se verifique todas as concessões do Paraná, porque todas elas estão em caráter precário, foram sendo renovadas sem nenhuma lei específica e temos que, de uma vez por todos, discutir o plano viário do Paraná e licitar, como determina a Constituição Federal.

Então, peço que V. Exa. não peça apenas desse trecho, mas em relação a todo o estado do Paraná qual é o critério que as empresas estão usando para se manterem nas concessões, já que não existe nenhuma regulamentada.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)**

Convido V. Exa. a assinar, junto comigo, esse novo requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Requerimento nº 3332, de autoria dos Deputados Duílio Genari, Valdir Rossoni, Plauto Miró e Elio Rusch, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Rejeitado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sra. Presidente, quero de novo pedir o seguinte: há um pedido de informações sobre um projeto de lei que foi lido ontem aqui nesta Casa. Olha aqui, nobre Deputado Elio Rusch, estamos aqui, de novo com uma preocupação, entendo que quando for discutido o projeto o tema pode ser debatido e ver em que períodos e em quais casos específicos houve este tipo de perseguição política. Agora, entendo que pedir, para poder votar uma lei, quem eventualmente seria beneficiário dessa lei, determinado o sujeito, entendo que é impróprio. Posso estar equivocado, mas quero dizer que entendo que não é o caso de se votar o presente requerimento.

Quero chamar a atenção da nossa bancada nesse caso específico, para poder rejeitar o presente requerimento. Entendo que é impróprio e extemporâneo esse requerimento. Até entendo que no bojo do debate do projeto esse tema poderá ficar melhor aclarado. Mas entendo que não podemos aprovar esse requerimento na data de hoje.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)**

Deputado Romanelli, Líder do Governo, não vejo nada de mais querer aprovar esse requerimento. Mesmo porque, Srs. Parlamentares, se vamos votar uma mensagem, uma lei aqui na Assembléia Legislativa, uma mensagem governamental procurando através desta lei

anistiar alguns servidores públicos do estado do Paraná. Mas por quê? Eles foram punidos por quê? Não sei qual é o objetivo da mensagem governamental. Quais são as pessoas? São da Administração Direta, Indireta? O que esses funcionários fizeram para receber a penalidade? Será que foram afastados? Não foram afastados? Não quero fazer nenhuma injustiça em relação a determinada pessoa, mas segundo informações, não posso ser leviano de dar informação quando não sei, mas parece que é para beneficiar um ou dois funcionários, que foram afastados das suas funções, e através dessa mensagem é para receber o benefício de voltarem novamente a ser contratados pelo Governo do Estado.

Srs. Parlamentares, se temos aqui uma mensagem governamental que foi apresentada ontem, e se temos que legislar sobre uma lei, ela tem que ser clara, tem que ser transparente. Vamos aprovar a lei. Se for para aprovar, aprovamos, mas vamos saber quais eram os funcionários que foram admitidos e foram algumas sanções. Quem são eles? Quais são os funcionários que o Governo quer beneficiar com essa lei? Então, não podemos aprovar essa lei. Perdoem-me, Srs. Parlamentares, me perdoe o Líder do Governo. Agora, por essa razão, conclamo os Srs. Deputados que votemos a favor desse requerimento que vem acompanhado. Quais são as relações desses funcionários? Não dá para rejeitar um requerimento desse, de forma alguma! Acho que não é uma questão de Governo e nem de Oposição, mas é uma questão de realmente saber quais funcionários precisam se beneficiar disso.

Espero a concordância dos Srs. Parlamentares para que possamos aprovar esse requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Está em votação.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Eu já encaminhei, mas queria requerer chamada nominal e recomendar à minha bancada o voto NÃO ao requerimento.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Eu, como Deputado, também conclamo os Srs. Deputados que votemos SIM, pela transparência do projeto de lei que vamos votar. Vamos votar SIM.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Será feita a chamada nominal e em seguida será votado pelo painel.

**O SR. 1º SECRETÁRIO  
(Procede à chamada nominal)**

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Procedendo à votação.

Questão de ordem, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.



**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Para efeito de esclarecimento, estamos votando aqui um requerimento de autoria da Liderança da Oposição, porque o Governo encaminhou a esta Casa um projeto de lei que vai indenizar pessoas que foram demitidas irregularmente do serviço público. Por que nos antecipamos? Nós pedimos uma relação de quem será indenizado se a lei for aprovada.

Então, é apenas um complemento para que votemos o projeto de lei do Governo com consistência e conhecimento.

Peço voto SIM.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Está em votação. Os Deputados que forem favoráveis que votem com a expressão SIM, e os contrários obviamente com a expressão NÃO.

Está iniciada a votação.

Está encerrada a votação.

Quinze Srs. Deputados votaram com a expressão SIM.

Dezenove Srs. Deputados votaram com a expressão NÃO.

Trinta e cinco Srs. Deputados presentes.

**Rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 3306, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3287, 3287-A, 3288 e 3289, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3283 e 3284, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3290, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 3281 e 3282, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3309, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3310, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3311 e 3330, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 398 e 448/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 201, 333, 385, 443, 446/08 e do Projeto de Resolução nº 016/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 386, 409 e 465/08.

Levanta-se a Sessão.

